

# Loures

## MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

Edição n.º 23  
4 de dezembro de 2019

### SUMÁRIO



#### CÂMARA MUNICIPAL

Pág. 5



CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES



**Loures** MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

**DIRETOR: Presidente da Câmara Municipal de Loures,  
Dr. Bernardino José Torrão Soares**

**PERIODICIDADE:** Quinzenal

**PROPRIEDADE:** Município de Loures

**EDIÇÃO ELETRÓNICA**

**DEPÓSITO LEGAL** n.º 148950/00

**ISSN** 1646-7027

**COORDENAÇÃO, ELABORAÇÃO, LAYOUT E PAGINAÇÃO**

**GABINETE LOURES MUNICIPAL**



conforme  
**NOVO ACORDO  
ORTOGRAFICO**

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011**  
Diário da República, 1.ª série, n.º 17, de 25 de janeiro de 2011

Toda a correspondência relativa a  
**LOURES MUNICIPAL**  
deve ser dirigida a

**CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES**

**LOURES MUNICIPAL**  
**BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS**

**RUA MANUEL AUGUSTO PACHECO, 6 - 4º**  
**2674 - 501 LOURES**

**TELEFONE: 21 115 15 82 FAX: 21 115 17 89**

**<http://www.cm-loures.pt>**  
**e-mail: [loures.municipal@cm-loures.pt](mailto:loures.municipal@cm-loures.pt)**



# ÍNDICE

	<b>Pág.</b>
<b>CÂMARA MUNICIPAL 51.<sup>a</sup> Reunião Ordinária</b>	<b>5</b>
<b>PRESIDÊNCIA</b>	<b>45</b>
<b>UNIDADES ORGÂNICAS</b>	<b>46</b>
<b>Planeamento Financeiro e Aprovisionamento</b>	<b>46</b>
<b>Cultura, Desporto e Juventude</b>	<b>47</b>
<b>Atendimento, Informação e Comunicação</b>	<b>48</b>
<b>ANÚNCIOS - Súmula</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO n.º 662/2019</b>	



**CÂMARA  
MUNICIPAL**

## DELIBERAÇÕES

### **51.ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2019**

**Nota:** A Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão ausentou-se da Reunião às 16h00.

#### PRESENCAS

- Sr. Presidente da Câmara
- Sr. Vice-Presidente

#### **Senhoras Vereadoras:**

- Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes
- Maria Rita Colaço Leão
- Ivone de Fátima da Cunha Gonçalves

#### **Senhores Vereadores:**

- Tiago Farinha Matias
- Gonçalo Filipe Vintém Carço
- Nuno Ricardo Conceição Dias
- Carlos César Cipriano Araújo
- Nuno Miguel Ribeiro Vasconcelos Botelho
- João Manuel Ferreira Calado

#### JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Justificada a falta do Sr. Vereador António Manuel Lopes Marcelino à presente Reunião.

#### EVOCAÇÃO

No início da Reunião, o Sr. Vereador Nuno Miguel Ribeiro Vasconcelos Botelho, em nome dos eleitos pelo Partido Social Democrata, fez breve evocação da figura de Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro, falecido em 4 de dezembro de 1980, em Camarate, secundada pelo Sr. Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias em nome dos eleitos pelo Partido Socialista.

#### APROVAÇÃO DE ATAS

Projeto de Ata da 48.ª Reunião Ordinária de Câmara Municipal, realizada em 23 de outubro de 2019.

*(Aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão e o Sr. Vereador Carlos César Cipriano Araújo por não terem estado presentes naquela Reunião)*

Projeto de Ata da 10.ª Reunião Extraordinária de Câmara Municipal, realizada em 13 de novembro de 2019.

*(Aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Carlos César Cipriano Araújo por não ter estado presente naquela Reunião)*

## ALTERAÇÃO DA REDE DE TDT

Proposta de celebração de Protocolo entre o Município de Loures e a Autoridade Nacional de Comunicações, no âmbito de alteração da rede de Televisão Digital Terrestre para libertação da faixa de 700 MHz.

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 664/2019

Considerando que:

- A. A rede de emissores de Televisão Digital Terrestre (TDT) vai ser alterada para possibilitar a introdução do 5G em Portugal, estando previsto que esta alteração ocorra a partir da 3.ª semana de janeiro de 2020;
- B. Este processo de mudança será simples, não abrangendo a totalidade dos utilizadores de TDT, uma vez que alguns já estão sintonizados em emissores que não vão ser alterados;
- C. Apesar da simplicidade do processo, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) pretende apoiar os utilizadores que necessitem de ajuda neste procedimento, contando, para o efeito, com a colaboração das entidades que têm relações de proximidade com as populações;
- D. As autarquias locais, pela sua proximidade com os cidadãos, são um interlocutor privilegiado para resolver muitos dos problemas e dificuldades com que os mesmos se debatem no seu dia a dia e merecem apoio nas suas solicitações;
- E. Em face do exposto, a ANACOM propõe a celebração de um protocolo que estabelece as formas de colaboração com a Câmara Municipal de Loures tendo em vista a colaboração na divulgação de informação e no apoio à população sobre o processo de alteração da rede de TDT.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a minuta de Protocolo a celebrar entre o Município de Loures e a Autoridade Nacional de Comunicações, tendo em vista a colaboração na divulgação de informação e

no apoio à população sobre o processo de alteração da rede de TDT no contexto da libertação da faixa dos 700 MHz.

Loures, 27 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara

(a) *Bernardino Soares*

### PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Considerando que:

- A Decisão (UE) 2017/899 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017 (Decisão 2017/899), publicada no Jornal Oficial em 25 de maio de 2017 e relativa à utilização da faixa de frequências de 470-790 MHz na União, determina que os Estados-Membros (EM) devem disponibilizar, até 30 de junho de 2020, a faixa de 694-790 MHz (faixa dos 700 MHz) para serviços de comunicações eletrónicas de banda larga sem fios (artigo 1.º daquela Decisão);
- Em face da existência de redes de Televisão Digital Terrestre (TDT) a operar em frequências da faixa dos 700 MHz, os EM devem migrar tais utilizações para frequências da faixa dos 470-694 MHz, libertando a faixa dos 700 MHz;
- Em cumprimento das obrigações decorrentes da Decisão 2017/899 (cf. seu artigo 5.º), os EM deveriam, até 30 de junho de 2018, aprovar e publicar o seu plano e calendário nacional (o “roteiro nacional”);
- Em 27 de junho de 2018, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) aprovou o roteiro nacional para a faixa dos 700 MHz, necessária ao desenvolvimento da 5.ª geração móvel, o qual mereceu a concordância do Governo, através de despacho do Secretário de Estado das Infraestruturas;
- Tendo em vista minimizar o impacto deste processo junto das populações, a ANACOM adotou nesse roteiro o cenário de migração mais simples, através da manutenção da tecnologia atual, o qual implicará apenas uma sintonização da nova frequência, ou seja, não será necessário adquirir quaisquer equipamentos, nem reorientar antenas;

- Apesar da simplicidade do processo, a ANACOM pretende apoiar os utilizadores que necessitem de ajuda neste procedimento, contando, para o efeito, com a colaboração das entidades que têm relações de proximidade com as populações;
- As autarquias locais, pela sua proximidade com os cidadãos, são um interlocutor privilegiado para resolver muitos dos problemas e dificuldades com que os mesmos se debatem no seu dia a dia e merecem apoio nas suas solicitações;
- O processo de alteração faseada dos emissores que compõem a rede de TDT, a levar a cabo pela MEO-ALTICE a partir da 3.ª semana de janeiro e até 30 de junho de 2020, implica a ressintonia dos televisores, pelo que a colaboração dos municípios no apoio às populações, nomeadamente por via da transmissão de informação, é de extrema importância.

É celebrado o presente Protocolo de colaboração entre:

a Câmara Municipal de ....., contribuinte n.º ....., representada pelo seu Presidente ....., na qualidade de 1.ª Outorgante

e

a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), pessoa coletiva de direito público, contribuinte n.º 502017368, com sede na Avenida José Malhoa, 12, 1099-017 Lisboa, neste ato representada pelo presidente do Conselho de Administração, João Cadete de Matos, na qualidade de 2.ª Outorgante,

que se regerá pelas condições constantes das cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1.ª** **Âmbito**

O presente protocolo estabelece as formas de colaboração entre a Câmara Municipal e a ANACOM tendo em vista a colaboração na divulgação de informação e no apoio à população sobre o processo de alteração da rede de TDT no contexto da libertação da faixa dos 700 MHz.

### **Cláusula 2.ª** **Obrigações das partes**

Tendo em vista a divulgação da informação referida na cláusula anterior, as partes assumem os seguintes compromissos:

- a) A Câmara Municipal colaborará com a ANACOM, nomeadamente através da disponibilização de instalações e dos meios adequados, na organização de sessões informativas sobre o processo de alteração da rede de TDT e a ressintonia dos equipamentos, convidando para o efeito as entidades tidas por convenientes, nomeadamente as que lidam de perto com as populações;
- b) A ANACOM, através dos seus colaboradores, e em colaboração com os municípios envolvidos, promoverá sessões informativas por grupos de municípios, sempre que confirme o respetivo interesse por parte das autarquias, dirigida aos autarcas e técnicos autárquicos, e outras entidades que as autarquias identifiquem como relevantes, em que se explicará o processo de mudança da TDT, designadamente como fazer a ressintonia, habilitando ao apoio aos munícipes nesse processo;
- c) O município, recorrendo aos suportes entendidos por adequados (faturas de água, *newsletter*, sítio na Internet, *videowalls*, pontos de atendimento aos munícipes, meios municipais de transporte de passageiros, *mupis/outdoors*, etc.), disponibilizará na sua área de intervenção a informação e os suportes facultados pela ANACOM;
- d) Nos casos em que os munícipes contactem telefónica ou presencialmente a autarquia para solicitar ajuda para a ressintonia dos televisores, o município dará em articulação com a ANACOM a melhor colaboração em termos de apoio técnico nesse processo, incluindo por via da deslocação dos seus próprios técnicos para ajudarem à sintonia, se for caso disso;
- e) A ANACOM disponibilizará equipas técnicas que apoiarão localmente as populações na fase de alteração da rede de emissores da TDT;
- f) A ANACOM disponibilizará e enviará, a expensas suas, todo o material de sua propriedade, nos formatos disponíveis, com informação relevante para dar apoio aos consumidores na ressintonia dos seus televisores;



- g) A Câmara Municipal e a ANACOM poderão identificar e colaborar na realização de outras iniciativas consideradas apropriadas para a divulgação e disseminação da informação relativa à TDT.

**Cláusula 3.ª**  
**Alteração ou revisão**

Qualquer alteração ou revisão do presente Protocolo ou desvio dos seus objetivos será feita por acordo dos outorgantes, reduzida a escrito e assinada por ambos.

**Cláusula 4.ª**  
**Resolução do Protocolo**

Qualquer das partes pode resolver imediatamente o Protocolo, por carta registada com aviso de receção, em caso de incumprimento de qualquer uma das obrigações da outra parte, se a outra parte não puser fim ao incumprimento no prazo de 10 dias úteis após ter sido interpelada para o efeito, também por carta registada com aviso de receção e com a devida fundamentação.

**Cláusula 5.ª**  
**Comunicações**

Todas as comunicações trocadas no contexto deste Protocolo deverão ser dirigidas para as moradas acima identificadas ou para os endereços de *e-mail* que sejam indicados, devendo qualquer alteração ser comunicada com antecedência adequada.

**Cláusula 6.ª**  
**Prazo de vigência**

O presente Protocolo de colaboração tem início na data da sua assinatura e termina no dia 30 de setembro de 2020.

Lisboa, .... de novembro de 2019

Pela Câmara Municipal

Pela ANACOM

**(Aprovada por unanimidade)**

**RECURSOS HUMANOS**

**Processo disciplinar n.º 2/2019**

Proposta de redução da sanção efetiva para 20 dias, de notificação do Instrutor do processo, da Trabalhadora e da sua Mandatária, e de remessa do Processo ao Ministério Público.

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**n.º 661/2019**

Considerando que:

- A. Se analisou ponderosamente o processo disciplinar n.º 2/2019, respeitante à trabalhadora Xxxxxx, e que, relativamente a uma das infrações, não ficou claro nem seguro que se trate de um comportamento doloso, permanecendo algumas dúvidas se estamos perante uma infração disciplinar ou perante um mero lapso, atendendo, até, ao montante envolvido - 1,20 €, e às declarações da arguida;
- B. A ser assim entendido, não ocorre a circunstância agravante especial prevista no artigo 191º, n.º 1, al. g), e n.º 4 da LGTFP, não se verificando, portanto, cumulação de infrações, como consta do relatório do Sr. Instrutor;
- C. Se considera relevante que:
  - a) A trabalhadora confessou imediata e espontaneamente os factos;
  - b) Se mostrou sincera e profundamente arrependida;
  - c) Teve até aí, (pelo período de quase 20 anos) e posteriormente, comportamento e produtividade exemplares;
  - d) Nunca foi objeto de qualquer processo e sanção disciplinar;
  - e) A guia de receita xx/2018 trespassou de forma "atamancada/grosseira" para o duplicado da guia de receita seguinte, inexistindo, portanto, qualquer sofisticação, conforme informação do Instrutor; não constituindo, por isso, rasura, o que poderia ser apreendido por qualquer pessoa;
  - f) A trabalhadora tem a seu cargo exclusivo dois filhos, uma vez que o pai nunca pagou a pensão de alimentos, vivendo numa situação económica e familiar extremamente difícil e de grande exigência, embora o filho mais velho tenha começado a trabalhar;

- D. Por tudo isto (supra concretizado), que se estará, apenas, perante uma infração disciplinar, à qual deve ser aplicada a sanção de 20 dias de suspensão, atendendo à personalidade do trabalhador, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior à infração, e às circunstâncias desta, pelo que tal sanção disciplinar realiza de forma adequada e suficiente, as finalidades desta punição no presente caso;
- E. Por sua vez, quanto aos eventuais indícios criminais, há que referir que os elementos recolhidos no processo disciplinar poderão, eventualmente, configurar, não o crime previsto no artigo 203.º (furto) do Código Penal, mas sim o crime previsto no artigo 375.º do mesmo diploma legal (peculato), já que estamos perante a prática de atos perpetrados por funcionário (qualidade do agente) em razão das suas funções;
- F. Também nesta sede, estaremos perante, apenas, eventuais indícios de um crime e não de dois, uma vez que subsistem muitas dúvidas que tenha havido intenção de apropriação no caso do 1,20 €, aqui se reproduzindo as razões supra indicadas quanto a esta matéria;
- G. Quanto aos eventuais indícios da prática do crime previsto nos artigos 255.º e 256.º do Código Penal (falsificação de documentos), uma vez que se trata de uma guia de receita (xx/2018) que trespassou de forma “atamancada/grosseira” para o duplicado da guia de receita seguinte, inexistindo qualquer sofisticação, conforme informação do Instrutor; tal não constitui rasura e poderia ser apreendido por qualquer pessoa, pelo que não parece estarem reunidos os indícios fortes suficientes para o preenchimento do tipo de crime, para além das muitas dúvidas existentes, valendo também, no processo penal, o princípio “*in dubio pro reo*”;
- H. No entanto, subsiste o dever legal de participação por parte da Administração, devendo, por isso, o assunto ser remetido ao Ministério Público para melhor apreciação.

Tenho a honra de propor:

Que, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 4 do artigo 197.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual), a Câmara Municipal de Loures delibere:

1. Com os fundamentos constantes dos considerando supra enunciados, que se está perante apenas uma infração disciplinar e se atenda à personalidade do trabalhador, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior à infração, e às circunstâncias desta, pelo que tal sanção disciplinar realiza de forma adequada e suficiente, as finalidades desta punição no presente caso;
2. A sanção de efetiva suspensão por 40 dias (20 dias por cada uma das infrações consideradas no processo) proposta pelo Sr. Instrutor, se afigura excessiva, devendo ser reduzida para 20 (vinte) dias;
3. Notificar o Sr. Instrutor, a trabalhadora e a sua Mandatária;
4. Remeter o Processo Disciplinar ao Ministério Público para melhor apreciação de eventuais indícios da prática de crime.

Loures, 27 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara

(a) *Bernardino Soares*

**(Aprovada por 10 votos a favor e 1 voto em branco, mediante escrutínio secreto)**

Proposta de admissão de dois trabalhadores, para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por utilização da reserva de recrutamento interna de procedimento concursal, a afetar ao Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

## **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**n.º 689/2019**

Considerando que:

- A. Por deliberação tomada na 7.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, realizada em 12 de novembro de 2018, e nas 2.ª e 3.ª reuniões da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizadas em 6 e 13 de dezembro de 2018, respetivamente, foram aprovados o Orçamento Municipal e o Mapa de Pessoal para o ano de 2019;



- B. No Mapa de Pessoal estão previstos e não ocupados postos de trabalho nas categorias de Técnico Superior, da carreira geral de Técnico Superior, na área de formação de Arquitetura;
- C. Em resultado do procedimento concursal comum de recrutamento para a carreira de Técnico Superior, na área de formação de Arquitetura, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de Loures, na sua 95.ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de julho de 2017 e publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 233, de 5 de dezembro de 2017, Aviso n.º 14629/2017, referência 5, foi constituída reserva de recrutamento interna, que atualmente tem 2 candidatos;
- D. Nos termos do disposto no artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento de trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal;
- E. O montante máximo a afetar ao recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal foi aprovado pela Câmara Municipal de Loures e inscrito na classificação económica do orçamento municipal 01.01.04.04 - recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho;
- F. Existe relevante interesse público no recrutamento, face ao significativo acréscimo de trabalho verificado no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística no último ano, nomeadamente no número de licenciamentos e pretensões genéricas, bem como a necessidade de dar resposta a novos tipos de licenciamentos decorrentes de atualização legislativa.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições supracitadas, de acordo com o estabelecido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, delibere aprovar a admissão de dois (2) trabalhadores para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por utilização da reserva de recrutamento interna do procedimento concursal publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 233, de 5 de dezembro de 2017, Aviso n.º 14629/2017, referência 5, a afetar

ao Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

Loures, 26 de novembro de 2019.

O Vereador

(a) *Gonçalo Carço*

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

## ECONOMIA E INOVAÇÃO

Proposta de subscrição de carta de resposta ao convite para assinar a carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas.

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 665/2019**

Considerando que:

- A luta contra a corrupção é um tema na agenda global da humanidade, tendo sido aprovada, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subscritos por Portugal nos dias 25 a 27 de setembro de 2015;
- A adesão da Câmara Municipal de Loures, a 20 de janeiro de 2016, à Aliança para os ODS Portugal, que integra entidades diversas que confirmam a sua concordância com os princípios das Nações Unidas e do UNGC e o compromisso de trabalhar para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015;
- A corrupção assume-se como um forte obstáculo ao desenvolvimento sustentável devido ao impacto desproporcional que tem sobre as comunidades mais desfavorecidas e ao seu efeito corrosivo em toda a sociedade;
- O combate à corrupção é uma das grandes prioridades da Agenda 2030 da ONU e está expressamente identificado no ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que pressupõe a criação de uma economia global mais

sustentável e transparente, nomeadamente através da redução significativa dos fluxos ilegais, financeiros e de armas, da redução substancial da corrupção e do suborno em todas as suas formas, e do desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

- E. A APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial é o Organismo de Normalização Setorial que coordena as Comissões Técnicas que elaboram as normas da Ética e da Responsabilidade Social em Portugal e que acolhe a iniciativa das Nações Unidas para a sustentabilidade empresarial *United Nations Global Compact* através da GCNP - *Global Compact Network Portugal*, se associa a esta causa e incentiva todos os seus membros e associados a juntarem-se à luta pela integridade;
- F. Para assinalar o seu compromisso com a Ética e a boa governação e estimular o debate e a mobilização das empresas portuguesas para esta causa, a APEE e a GCNP estão desde 18 de setembro a organizar uma Campanha Anticorrupção lançando um convite às empresas para assinar a carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas;
- G. A APEE e a GCNP querem levar este movimento a um patamar mais elevado e difundir a adoção de medidas de boa governação e integridade por toda a sociedade portuguesa, tendo vindo a incentivar as organizações que ainda não o fizeram a responderem a este apelo, assinando a carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção;
- H. Foi endereçado convite à Câmara Municipal de Loures para assinar a carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas;
- I. A carta ficará aberta para assinatura até ao dia 9 de dezembro, declarado pela ONU como o Dia Internacional contra a Corrupção, e que, neste mesmo dia, será iniciada a distribuição do Selo Anticorrupção que apela a “Sociedade Justa, Negócios Éticos”, em linha com a Agenda 2030 da ONU e o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea ff) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a subscrição da Carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas.

Loures, 28 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara

(a) Bernardino Soares

**(Aprovada por unanimidade)**

#### **PLANEAMENTO FINANCEIRO E APROVISIONAMENTO**

Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 26 de novembro de 2019, relativo à aprovação da 9.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Opções do Plano 2019-2022.

#### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**n.º 662/2019**

Considerando que:

- A. Existe a urgência no preparo do procedimento de aquisição de monoblocos para as Escolas de Santo Antão do Tojal e a n.º 5 de Camarate;
- B. Urge minimizar a perturbação das atividades letivas em curso naquelas escolas;
- C. Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal de Loures.

Tenho a honra de propor:

Que, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal de Loures ratifique o meu despacho de 26 de novembro último relativo à aprovação da 9.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Opções do Plano 2019-2022.

Loures, 27 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara

(a) Bernardino Soares

***(Aprovada por maioria, com as abstenções das Sr.ªs Vereadoras e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, e os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária)***

**NOTA DA REDAÇÃO:** Para comodidade de consulta, o documento 9.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Opções do Plano 2019-2022 encontra-se disponibilizado em Anexo nas páginas finais da presente edição.

**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS  
DA CÂMARA MUNICIPAL  
NAS JUNTAS DE FREGUESIA**

Proposta de aprovação, e de submissão a deliberação da Assembleia Municipal, do Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal - Investimento, na União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, para beneficiação de parques, jardins e passeios no Bairro CAR, em Camarate.

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**n.º 639/2019**

Considerando que:

A. O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

- B. Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências;
- C. À negociação, celebração, execução e cessação destes contratos é aplicável o disposto no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos;
- D. A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo;
- E. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;
- F. O Município de Loures tem uma prática de delegação de competências efetivada, com resultados positivos na garantia dos interesses das populações e que a avaliação da execução de delegação de competências tem demonstrado que as Juntas e as Uniãos de Freguesias estão preparadas para continuar a exercer as competências, mantendo e melhorando a qualidade dos serviços prestados às populações;
- G. No atual contexto, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;
- H. As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às

comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

- I. Constituem atribuições do Município de Loures, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- J. A celebração de contratos administrativos adicionais para a concretização de obras ou investimentos em áreas ou equipamentos delegados encontra-se prevista no n.º 5 da cláusula 18.ª do Contrato Interadministrativo celebrado com as juntas e uniões de freguesias a 16 de abril de 2018;
- K. O município de Loures aquando da elaboração das Grandes Opções do Plano 2019/2022 e do orçamento para 2019, decidiu prever uma verba de 800.000,00 € a delegar nas dez freguesias do concelho para a realização de investimentos em espaço público, da competência do município, sob proposta das freguesias;
- L. A União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, no âmbito deste processo, manifestou interesse na celebração do contrato interadministrativo adicional, tendo apresentado a proposta de beneficiação de parques, jardins e passeios no Bairro CAR;
- M. Após a apresentação da proposta foi realizado um trabalho de avaliação e estudo coordenado pelo Gabinete de Intervenção Local (GIL) e que envolveu várias Unidades Orgânicas do Município, tendo-se comprovado os requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013;
- N. A celebração dos contratos interadministrativos pressupõe prévia autorização quer das Assembleias de Freguesia, quer das Assembleias Municipais (alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à aprovação da assembleia municipal o Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal - Investimento, na União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, conforme minuta em anexo.

Loures, 13 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara

(a) *Bernardino Soares*

### **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE INVESTIMENTO**

#### **- UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO -**

Entre:

O Município de Loures, pessoa coletiva de direito público n.º 501294996 com sede na Praça da Liberdade, neste ato representado por ..... , adiante designado como Primeiro Outorgante

e

União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, pessoa coletiva de direito público n.º 510835384, com sede em Largo Eng.º Armando Vaz Bandeira, n.º 5 - Apartado 1065, 2680-103 Camarate, neste ato representada por ..... , adiante designado como Segunda Outorgante.

Considerando que:

- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.



- Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.
- À negociação, celebração, execução e cessação destes contratos é aplicável o disposto no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos.
- A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo.
- Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações.
- O Município de Loures tem uma prática de delegação de competências efetivada, com resultados positivos na garantia dos interesses das populações e que a avaliação da execução de delegação de competências tem demonstrado que as Juntas e as Uniãoes de Freguesias estão preparadas para continuar a exercer as competências, mantendo e melhorando a qualidade dos serviços prestados às populações.
- No atual contexto, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas.
- As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das

atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

- Constituem atribuições do Município de Loures, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- A celebração de contratos administrativos adicionais para a concretização de obras ou investimentos em áreas ou equipamentos delegados encontra-se prevista no n.º 5 da cláusula 18.ª do Contrato Interadministrativo celebrado com as juntas e uniões de freguesias a 16 de abril de 2018;
- A União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, no âmbito deste processo, manifestou interesse na celebração do contrato interadministrativo adicional, tendo apresentado a proposta de beneficiação de parques, jardins e passeios no Bairro CAR.
- Após a apresentação da proposta foi realizado um trabalho de avaliação e estudo coordenado pelo Gabinete de Intervenção Local (GIL) e que envolveu várias Unidades Orgânicas do Município, tendo-se comprovado os requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.
- Que a celebração dos contratos interadministrativos pressupõe prévia autorização quer das assembleias de freguesia, quer das assembleias municipais [alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013].
- E que, no caso, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo nas suas reuniões de \_\_/\_\_/2019 e \_\_/\_\_/2019, respetivamente.

Após negociação é livremente celebrado e de boa-fé reduzido a escrito o presente contrato, que se subordina aos considerandos que antecedem e se regerá pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**  
**Objeto do contrato**

O presente contrato tem por objeto estabelecer mecanismos de cooperação entre os outorgantes com vista à beneficiação de parques, jardins e passeios no Bairro Car.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**Competências do primeiro outorgante**

Ao abrigo do presente contrato, configuram obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) Acompanhar e monitorizar a execução da obra em estreita ligação com a Segunda Outorgante;
- b) Transferir para a Segunda Outorgante os encargos previstos na cláusula 4.<sup>a</sup>, após a assinatura do presente contrato.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**Competências da segunda outorgante**

Ao abrigo do presente contrato, configuram obrigações da Segunda Outorgante:

- a) Proceder, caso seja o caso, à elaboração dos projetos, peças desenhadas, escritas e procedimentos com vista à abertura dos concursos públicos ou procedimentos administrativos necessários à realização das obras e respetiva fiscalização, de acordo com os pareceres técnicos e licenciamentos emitidos pelo Primeiro Outorgante, de acordo com as suas competências;
- b) Proceder à adjudicação das eventuais empreitadas e celebração dos contratos necessários e relativos às obras a realizar;
- c) Comunicar ao Primeiro Outorgante a data de início dos trabalhos objeto do presente contrato;
- d) Proceder, na qualidade de dono de obra, à fiscalização da eventual empreitada relativa à intervenção objeto do presente contrato;
- e) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas;
- f) Assegurar o cumprimento das boas regras de arte na execução dos trabalhos de construção, independentemente dos mesmos serem realizados por meios próprios e/ou subcontratados;

- g) Informar por escrito o Primeiro Outorgante sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- h) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos, sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e do deficiente comportamento ou da falta de segurança, materiais e equipamentos;
- i) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles que sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e à sua custa, os danos que venham a ocorrer. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Gabinete de Intervenção Local, para que seja registada;
- j) Realizar os trabalhos objeto do presente contrato sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas;
- k) Executar alterações necessárias aos traçados de redes de concessionárias de infraestruturas;
- l) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- m) Apresentar um relatório final de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- n) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Primeiro Outorgante no âmbito do objeto do presente contrato;
- o) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.



**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**Recursos financeiros**

O Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante o montante de 186.833,84 € para execução do objeto do presente contrato.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**Publicitação da obra**

A Segunda Outorgante obriga-se a colocar no local da obra uma placa identificativa da mesma e que contenha menção expressa e quantificada da participação das partes na obra.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**Acompanhamento e monitorização**

A execução do presente contrato será acompanhada e monitorizada a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais do Primeiro Outorgante, trabalho coordenado pelo Gabinete de Intervenção Local (GIL) e promoverá, caso seja necessário, reuniões conjuntas com a Segunda Outorgante, bem como visitas às obras objeto do presente contrato.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**Incumprimentos e consequências**

1. Considera-se que existe incumprimento contratual, designadamente quando não sejam cumpridas as obrigações da Segunda Outorgante previstas nas cláusulas 3.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> do presente contrato.
2. O incumprimento por parte da Segunda Outorgante terá como consequência um corte nas verbas a transferir mensalmente pelo Primeiro Outorgante (ao abrigo do Acordo de Execução e Contrato Interadministrativo assinados a 16 de abril de 2018), até ao valor máximo definido na cláusula 4.<sup>a</sup> do presente Contrato.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**Resolução e cessação do contrato**

1. As partes podem resolver o Contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. A resolução deve ser submetida a deliberação dos órgãos autárquicos.

3. A resolução é concretizada mediante ofício registado remetido ao outro outorgante.
4. O Contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução, nos termos previstos na lei.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**Informação ao Município**

Os dois outorgantes obrigam-se a publicitar e divulgar a concretização do investimento previsto de acordo e ao abrigo do presente contrato.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**Entrada em vigor e período de vigência**

1. O presente contrato entra em vigor com a assinatura do mesmo.
2. O período de vigência do presente contrato é de um ano, contado a partir da data da sua entrada em vigor.

Loures, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Pelo Primeiro Outorgante

O Presidente da Câmara

(Bernardino José Torrão Soares)

Pela Segunda Outorgante

O Presidente da Junta

(\_\_\_\_\_)

***(Aprovada por maioria, com as abstenções da Sr.<sup>a</sup> Vereadora e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata e os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vice-Presidente, dos Srs. Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária e das Sr.<sup>as</sup> Vereadoras e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Socialista)***  
***Esta deliberação carece de aprovação pela Assembleia Municipal***

**DESPORTO**

Proposta de transferência de verbas (por classificação coletiva) para entidades participantes na iniciativa 35.º Troféu "Corrida das Coletividades do Concelho de Loures".

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO****n.º 666/2019**

Considerando que:

- A. O Troféu "Corrida das Coletividades do Concelho de Loures" é uma iniciativa consolidada no seio do movimento associativo do Concelho;
- B. Se trata de uma iniciativa com grande adesão por parte dos praticantes que, ao longo dos anos, tem vindo a contribuir para melhorar a qualidade organizativa dos vários eventos que integram o calendário anual;
- C. O quadro normativo e o calendário de provas do 35.º Troféu "Corrida das Coletividades do Concelho de Loures" foram aprovados na 29.ª Reunião Ordinária do Executivo Municipal, de 16/01/2019;
- D. O 35.º Troféu "Corrida das Coletividades do Concelho de Loures" manteve os objetivos de calendarização adequada das provas de atletismo, a uniformização dos regulamentos técnicos utilizados, a sistematização dos apoios concedidos e contribuiu para a melhoria da qualidade de organização de cada Associação Desportiva, bem como para a deteção de novos valores para a modalidade.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, em conjugação com o ponto 4 do Quadro Normativo do 35.º Troféu "Corrida das Coletividades do Concelho de Loures" e nos termos da informação técnica n.º E/107246/2019, aprovar a atribuição de verba por classificação coletiva, às seguintes entidades participantes:

- 1) Clube de Atletismo de Vale Figueira, com o NIF 502113812, no valor de 700,00 € (setecentos euros);

- 2) Grupo Desportivo de São Domingos, com o NIF 505091208, no valor de 600,00 € (seiscentos euros);
- 3) Associação Cultural e Recreativa da Mealhada, com o NIF 503536202, no valor de 500,00 € (quinhentos euros);
- 4) Associação Centro de Atletismo de São João da Talha, com o NIF 514872616, no valor de 400,00 € (quatrocentos euros);
- 5) Associação de Moradores Casal do Covão, com o NIF 513266208, no valor de 300,00 € (trezentos euros);
- 6) Grupo de Atletismo Super Estrelas, com o NIF 502770112, no valor de 200,00 € (duzentos euros);
- 7) Agregar - Associação de Apoio e Integração Social, Desportiva e Cultural, com o NIF 513032398, no valor de 100,00 € (cem euros);
- 8) Associação Desportiva Leões Apelaçenenses, com o NIF 501424539, no valor de 100,00 € (cem euros).

Loures, 25 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

Proposta de transferência de verbas (por classificação) para entidades participantes na iniciativa 24.º Troféu "Loures Atleta Jovem".

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO****n.º 667/2019**

Considerando que:

- A. O Troféu "Loures Atleta Jovem" é uma iniciativa municipal destinada aos escalões de formação, que tem por objetivo principal promover a prática do atletismo;
- B. Foi manifesto o interesse das associações desportivas na realização do 24.º Troféu "Loures Atleta Jovem", em 2019;

- C. Cumpre premiar as equipas do Concelho de Loures com melhor participação ao longo da iniciativa, de acordo com o previsto na informação 30/19/FF/ADD, registada sob o n.º E/107288/2019, em anexo.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a atribuição, conforme informação E/107288/2019, em anexo, das verbas às entidades infra referidas com a melhor participação no 24.º Troféu "Loures Atleta Jovem":

1. Associação Cultural e Recreativa da Mealhada, com o NIF 503536202, no valor de 980,00 € (novecentos e oitenta euros);
2. Grupo Desportivo de São Domingos, com o NIF 505091208, no valor de 965,00 € (novecentos e sessenta e cinco euros);
3. Clube de Atletismo de Vale Figueira, com o NIF 502113812, no valor de 650,00 € (seiscentos e cinquenta euros);
4. Agregar - Associação de Apoio e Integração Social, Desportiva e Cultural, com o NIF 513032398, no valor de 230,00 € (duzentos e trinta euros);
5. Associação Desportiva Leões Apelaçenenses, com o NIF 501424539, no valor de 60,00 € (sessenta euros);
6. Associação Desportiva Novas Luzes, com o NIF 510987052, no valor de 105,00 € (cento e cinco euros);
7. Associação Centro de Atletismo de São João da Talha - CASJT, com o NIF 514872616 no valor de 610,00 € (seiscentos e dez euros).

Loures, 25 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

## CULTURA

Proposta de aprovação de alteração ao Acordo de Colaboração celebrado com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 675/2019**

Considerando que:

- A. Ao Município de Loures incumbem, entre outras, atribuições e competências no domínio da cultura e tempos livres, nomeadamente no que concerne ao apoio a atividades com interesse para a população do concelho;
- B. No seguimento do acordo de colaboração outorgado com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, em 22 de julho de 2016, se mantém o interesse das partes no desenvolvimento conjunto de atividades que permitam a promoção de valores emergentes no âmbito das artes visuais, *design* e tecnologias, a criatividade artística e a valorização do património cultural e identitário do concelho de Loures;
- C. A experiência colaborativa permitiu a construção conjunta de proposta de alteração das cláusulas sexta e sétima, por forma a melhor expressar o compromisso das partes neste projeto.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a alteração ao acordo de colaboração outorgado com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.

Loures, 25 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*



## ACORDO DE COLABORAÇÃO

entre o Município de Loures

e a Escola Superior de Educação  
do Instituto Politécnico de Lisboa

Considerando que:

A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa é uma instituição pública de ensino politécnico credenciada, que privilegia a formação numa base de rigor científico reconhecido pelos seus pares;

O Município de Loures desenvolve reconhecida atividade no âmbito cultural e socioeducativo, nomeadamente na área da salvaguarda e divulgação do património concelhio;

O Município de Loures e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa consideram desejável uma articulação mais estruturada e formalmente instituída que mobilize a participação de um importante setor da comunidade educativa, permitindo explorar as competências mútuas e as experiências acumuladas, facilitando a potenciação de recursos.

O Município de Loures, adiante designado por ML, com sede na Praça da Liberdade, 2670-501 Loures, pessoa coletiva pública n.º 501294996, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Bernardino Soares

e

a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, adiante designada por ESEIPL, com sede no Campus de Benfica do IPL, 1549-003 Lisboa, pessoa coletiva n.º 508519713, neste ato representada pela sua Presidente, Maria Cristina da Cunha Santos Loureiro.

Acordam em celebrar o presente acordo de colaboração, que se rege pelas seguintes cláusulas:

### PRIMEIRA (Objeto)

O presente acordo estabelece as bases de colaboração para o desenvolvimento de projetos pelos alunos da licenciatura de Artes Visuais e Tecnologia, incentivando e promovendo valores emergentes no âmbito das artes visuais, *design* e tecnologias, a criatividade artística e a valorização do património cultural e identitário do concelho de Loures, mediante acordo entre as partes.

### SEGUNDA (Enquadramento Jurídico)

O presente Acordo de Colaboração segue os princípios de boa-fé e consubstancia-se na competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### TERCEIRA (Obrigações conjuntas)

1. As partes obrigam-se a fazer referência, em todas as vertentes de divulgação, aos projetos a realizar em parceria;
2. As partes obrigam-se a contribuir para a boa execução do projeto, particularmente nas matérias em que estejam mais envolvidas e responsabilizadas;
3. As partes obrigam-se a informar, com a antecedência mínima de 30 dias, qualquer alteração ao previamente acordado;
4. Os projetos serão organizados conjuntamente e avaliados pelas partes.

### QUARTA (Obrigações do ML)

Nos termos e para os efeitos do presente acordo, o ML obriga-se a:

1. Promover o desenvolvimento de programas e atividades no âmbito do objeto do presente acordo, fornecendo apoio técnico e logístico, salvaguardando a disponibilidade dos mesmos;
2. Proceder à organização de exposições bem como à edição de brochura/desdobrável, sempre que se considere pertinente;

3. Promover os projetos através dos canais de comunicação habituais;
4. Proporcionar e facultar informação ao segundo outorgante, com vista ao estabelecimento de parcerias com entidades e instituições sociais, educativas e culturais, ao conhecimento da realidade sociocultural concelhia e diagnóstico das necessidades no domínio das artes visuais, *design*, património e multimédia, salvaguardando a disponibilidade da mesma;
5. Acolher estágios em contexto profissional no âmbito da formação em Artes Visuais e Tecnologias, em número e data a acordar entre as partes, salvaguardando a necessidade dos mesmos.

#### **QUINTA (Obrigações da ESEIPL)**

Constituem obrigações da ESEIPL, no âmbito do objeto do presente acordo:

1. Conceção de projetos que integrem processos colaborativos com a comunidade e de intervenção em espaço público e componentes do património cultural e da identidade local com vista à sua valorização, no âmbito do objeto do presente acordo;
2. Realização ou participação em exposições e mostras no âmbito das artes visuais, do *design* e das tecnologias;
3. Acompanhamento dos estudantes/projetos pelos docentes, nos diversos contextos de intervenção;
4. Assegurar seguro escolar para os estudantes.

#### **SEXTA (Revogação e Incumprimento)**

1. O presente acordo de colaboração poderá, a qualquer tempo, ser revogado por acordo ou por iniciativa de uma das partes;
2. No incumprimento de qualquer uma das cláusulas, deve a parte não faltosa oficializar a outra, no prazo de 30 dias, para que esta proceda às devidas correções com vista a sanar o incumprimento;

3. Caso o incumprimento ou vício não seja sanado no prazo referido no número anterior, pode a parte não faltosa denunciar de imediato o acordado, por carta registada com aviso de receção;
4. A revogação ou denúncia do presente acordo não obriga qualquer das partes a indemnizar a outra, sendo que, em caso algum, pode a colaboração cessar interrompendo ações ou projetos a decorrer.

#### **SÉTIMA (Vigência)**

O presente Acordo de Colaboração é válido pelo período de três anos, com início na data da outorga, sendo renovado automaticamente por idênticos períodos, salvo denúncia expressa por qualquer das partes, 20 dias antes do termo inicial ou de qualquer das renovações.

#### **OITAVA (Disposições Finais)**

1. Os projetos serão orientados e acompanhados pelo Departamento de Cultura, Desporto e Juventude/ Divisão de Cultura;
2. O presente acordo não contempla qualquer remuneração aos estudantes nem representa a garantia de um posto de trabalho subsequente;
3. Por acordo das partes e no âmbito das especificidades de cada projeto, pode haver lugar à revisão das cláusulas, devendo estas ser reduzidas a escrito sob a forma de aditamento;
4. As dúvidas e omissões emergentes da interpretação ou aplicação do presente acordo serão solucionadas por negociação entre as partes.

Loures, \_\_\_\_\_ de 2019

O Município de Loures  
O Presidente da Câmara  
Bernardino Soares

A Escola Superior de Educação  
do Instituto Politécnico de Lisboa  
O Presidente  
Carlos Pires



*(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação o Sr. Vereador João Manuel Ferreira Calado, por deter ligação profissional com o Instituto Politécnico de Lisboa, e a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)*

## ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TARIFAS

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 663/2019

Considerando que:

- A. A FECTTRANS - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicação, com o NIF 508506409, realizou nos dias 29 e 30 de março de 2019, no Pavilhão Paz e Amizade, o 4.º congresso FECTTRANS;
- B. A utilização do Pavilhão Paz e Amizade, pressupõe o pagamento por hora, para realização de iniciativas, respetivamente de 47,64 € (quarenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos) e 58,46 € (cinquenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), consoante se realizem de segunda a sexta-feira ou aos fins de semana e feriados e de 13,14 € (treze euros e catorze cêntimos), no que respeita a montagens/desmontagens, sem IVA incluído;
- C. A ocupação teve a duração de nove horas e trinta minutos de iniciativa numa sexta-feira e cinco horas e trinta minutos num sábado e de trinta e quatro horas para montagens/desmontagens, correspondendo a um valor total a pagamento de 1.501,67 € (mil quinhentos e um euros e sessenta e sete cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor;
- D. A entidade requereu a isenção de pagamento pela utilização acima indicada.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do artigo 12.º do Regulamento de Cedência e Utilização do Pavilhão Paz e Amizade, em conjugação com a al. o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a isenção do pagamento pela respetiva utilização, à FECTTRANS - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações, no valor total de 1.501,67 € (mil quinhentos e um euros e sessenta e sete cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor.

Loures, 27 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara

(a) Bernardino Soares

*(Aprovada por maioria, com os votos contra da Sr.ª Vereadora e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata e os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vice-Presidente, dos Srs. Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária e das Sr.ªs Vereadoras e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Socialista)*

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 668/2019

Considerando que:

- A. O Grupo Desportivo de Pirescoxe, com o NIF 501617540, requereu a utilização do Pavilhão Desportivo do Agrupamento de Escolas de Santa Iria de Azóia, no dia 8 de junho de 2019, entre as 8h00 e as 23h00, para a realização de evento na modalidade de Ténis de Mesa;
- B. A utilização do Pavilhão Desportivo do Agrupamento de Escolas de Santa Iria de Azóia, no período indicado, prevê o pagamento por hora de 11,90 € (onze euros e noventa cêntimos) em horário diurno e de 13,23 € (treze euros e vinte e três cêntimos) em horário noturno, isento de IVA;
- C. A utilização teve a duração total de quinze horas (10h30 em horário diurno e 4h30 em horário noturno), correspondendo a um valor a pagamento de 184,49 € (cento e oitenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos), isento de IVA;
- D. A entidade disponibilizou ao DCDJ comprovativo da sua legal constituição e requereu a isenção de pagamento pela utilização acima indicada.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere ao abrigo da al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a isenção do pagamento pela utilização do Pavilhão Desportivo do Agrupamento de Escolas de Santa



Iria de Azóia, ao Grupo Desportivo de Pirescoxe, no valor de 184,49 € (cento e oitenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos), isento de IVA.

Loures, 25 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 669/2019**

Considerando que:

- A. A União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, com o NIF 510839533, solicitou a utilização do Pavilhão José Gouveia, no dia 27 de junho de 2019, para a realização de aula de Ginástica inserida no projeto Academia Sénior - Aula Sénior + Ativo e Saudável;
- B. A utilização do Pavilhão José Gouveia prevê o pagamento por hora, de 27,16 € (vinte e sete euros e dezasseis cêntimos), sem IVA incluído;
- C. A ocupação teve a duração de duas horas e trinta minutos, entre as 14h00 e as 16h30, correspondendo a um valor a pagamento de 83,52 € (oitenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor;
- D. A entidade solicitou a isenção do pagamento relativo à utilização acima indicada.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do artigo 12.º do Regulamento de Utilização do Pavilhão José Gouveia, em conjugação com a al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a isenção do pagamento pela utilização do mesmo, à União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, no valor de 83,52 € (oitenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor.

Loures, 11 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 670/2019**

Considerando que:

- A. A União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, com o NIF 510839533, solicitou a utilização do Pavilhão José Gouveia, no dia 21 de setembro de 2019, para a realização do V Encontro de Cante Alentejano, pela Academia Sénior;
- B. A utilização do Pavilhão José Gouveia prevê o pagamento por hora, de 13,14 € (treze euros e catorze cêntimos) para montagens e desmontagens e 40,16 € (quarenta euros e dezasseis cêntimos), para a realização da iniciativa, sem IVA incluído;
- C. A ocupação teve a duração de dez horas para montagens e desmontagens, nos dias 21 e 22 de setembro e de oito horas para a iniciativa, correspondendo a um valor total a pagamento de 556,80 € (quinhentos e cinquenta e seis euros e oitenta cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor;
- D. A entidade solicitou a isenção do pagamento relativo à utilização acima indicada.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do artigo 12.º do Regulamento de Utilização do Pavilhão José Gouveia, em conjugação com a al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a isenção do pagamento pela utilização do mesmo, à União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, no valor de 556,80 € (quinhentos e cinquenta e seis euros e oitenta cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor.

Loures, 18 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 671/2019**

Considerando que:

- A. A União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, com o NIF 510839533, solicitou a utilização do Pavilhão José Gouveia, entre 01 e 5/07, 08 e 12/07, 15 e 19/07, 22 e 25/07 de 2019, entre as 8h00 e as 17h00, para a realização das Férias Desportivas 2019;
- B. A utilização do Pavilhão José Gouveia prevê o pagamento, por hora, de 27,16 € (vinte e sete euros e dezasseis cêntimos), sem IVA incluído;
- C. A ocupação teve a duração de cento e setenta e uma horas, correspondendo a um valor a pagamento de 5.712,56 € (cinco mil setecentos e doze euros e cinquenta e seis cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor;
- D. A entidade solicitou a isenção do pagamento relativo à utilização acima indicada.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do artigo 12.º do Regulamento de Utilização do Pavilhão José Gouveia, em conjugação com a al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a isenção do pagamento pela utilização do mesmo, à União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, no valor de 5.712,56 € (cinco mil setecentos e doze euros e cinquenta e seis cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor.

Loures, 25 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 672/2019**

Considerando que:

- A. A Federação Portuguesa de Corfebol, com o NIF 502610298, entidade com estatuto de utilidade pública desportiva, realizou no Pavilhão António Feliciano Bastos, nos dias 1 e 2 de junho de 2019, jogos da Final Four da Taça de Portugal de Corfebol;
- B. A utilização do Pavilhão António Feliciano Bastos pressupõe o pagamento por hora, ao fim de semana, de 33,62 € (trinta e três euros e sessenta e dois cêntimos), IVA não incluído;
- C. A ocupação teve a duração de sete horas e trinta minutos, do que resulta um valor a pagamento de 310,14 € (trezentos e dez euros e catorze cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor;
- D. A entidade requereu a isenção de pagamento pela utilização acima indicada.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do artigo 12.º do Regulamento de Cedência e Utilização do Pavilhão António Feliciano Bastos, em conjugação com a al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a isenção do pagamento pela respetiva utilização, à Federação Portuguesa de Corfebol, no valor de 310,14 € (trezentos e dez euros e catorze cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor.

Loures, 18 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 673/2019

Considerando que:

- A. O Clube de Futebol de Santa Iria, com o NIF 501372652, realizou no dia 15 de junho de 2019, entre as 10h00 e as 24h00, no Pavilhão Desportivo da EB 2,3 de Santa Iria de Azóia (Agrupamento de Escolas de Santa Iria de Azóia), a 9.ª Gala do Clube de Futebol de Santa Iria;
- B. A utilização do referido Pavilhão prevê o pagamento de 11,90 € por hora diurna, (onze euros e noventa centimos) e de 13,23 € por hora noturna (treze euros e vinte e três centimos), isento de IVA;
- C. A ocupação teve a duração de catorze horas (8h30m em período diurno e 5h30m em período noturno), correspondendo a um valor total a pagamento pela utilização, de 173,92 € (cento e setenta e três euros e noventa e dois centimos);
- D. A entidade disponibilizou ao DCDJ comprovativo da sua legal constituição e requereu a isenção de pagamento pela utilização acima indicada.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a isenção do pagamento pela utilização do Pavilhão Desportivo da EB 2,3 de Santa Iria de Azóia (Agrupamento de Escolas de Santa Iria de Azóia), ao Clube de Futebol de Santa Iria, no valor de 173,92 € (cento e setenta e três euros e noventa e dois centimos), isento de IVA.

Loures, 18 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 674/2019

Considerando que:

- A. A Freguesia de Loures, com o NIF 506849171, solicitou a utilização da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal José Saramago, para a atribuição dos Prémios de Mérito aos melhores alunos residentes na freguesia, no dia 22 de outubro de 2019, entre as 16H00 e as 20H00;
- B. A utilização da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal José Saramago prevê o pagamento por hora, do valor de 18,00 € (dezoito euros), IVA incluído;
- C. A ocupação teve a duração de quatro horas, correspondendo a um valor total de 72,00 € (setenta e dois euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor;
- D. A entidade supramencionada requereu a isenção de pagamento pela utilização acima indicada.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere ao abrigo da al. e) do artigo 19.º das Normas de Funcionamento da Rede de Bibliotecas Municipais, em vigor conjugado com a al. u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a isenção do pagamento, à Freguesia de Loures, pela utilização da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal José Saramago, no valor total de 72,00 € (setenta e dois euros), com IVA incluído, à taxa legal em vigor.

Loures, 25 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade)**

**Processo n.º 29/DA****Empreitada do Parque Urbano do Infantado**

Proposta de aprovação do Relatório Final, de notificação aos concorrentes e de não adjudicação e extinção do procedimento, através da revogação da decisão de contratar.

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO****n.º 676/2019**

Considerando que:

- A. Foi aprovada, na 43.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 31/07/2019, a abertura do concurso público para formação de contrato de empreitada de obras públicas do Parque Urbano do Infantado - Proc. 29/DA;
- B. Findo o prazo para a apresentação das propostas, nenhuma das quatro propostas apresentadas pelos concorrentes se encontrava em conformidade com as peças do procedimento;
- C. Da análise, avaliação e ordenação das propostas resultou o Relatório Preliminar, com a deliberação do júri do procedimento no sentido da exclusão de todas as propostas submetidas, nos termos do disposto pela alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º e das alíneas d) e o) do n.º 1 do artigo 146.º do CCP;
- D. O Relatório Preliminar foi notificado aos concorrentes ao abrigo e nos termos dos artigos 146.º e 147.º do CCP, sem receção de pronúncia.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar e ao abrigo do disposto pela alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Relatório Final a notificar aos concorrentes e a não adjudicação e extinção do procedimento, através da revogação da decisão de contratar, nos termos conjugados das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 79.º e do artigo 80.º, ambos do CCP.

Loures, 18 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

**Processo n.º 34/DA****Concurso Público de Empreitada de Obras Públicas - Parque Urbano do Infantado**

Proposta de aprovação da abertura de procedimento de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, de autorização da realização da despesa inerente, de aprovação do valor base do procedimento, da fundamentação do valor base, da fixação de um preço anormalmente baixo, do critério de desempate, da decisão de não adjudicação por lotes, da não admissibilidade de propostas variantes, de aprovação da caução a prestar pelo adjudicatário, do programa de concurso, do caderno de encargos, do mapa de quantidades e estimativa orçamental, da obrigatoriedade de os concorrentes deterem alvará com autorizações específicas, de aprovação da constituição e composição do júri do procedimento, de delegação de competências no júri para a condução do procedimento, de aprovação da delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal, de aprovação do modelo de anúncio do concurso, de autorização para publicação eletrónica do anúncio no sítio do Diário da República e de aprovação da designação da gestora do contrato

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO****n.º 677/2019**

Considerando que:

- A. Face à ausência de propostas, foi extinto o procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas do Parque Urbano do Infantado, na freguesia de Loures - Proc. 29/DA, lançado por concurso público;
- B. Após reanálise do projeto de execução pela equipa projetista responsável pela sua elaboração e validada pelos serviços do Departamento de Ambiente, tendo em conta que os fundamentos invocados pelas entidades concorrentes naquele procedimento para a não apresentação de proposta se

centraram na impossibilidade de apresentação de proposta que não excedesse o valor base fixado e que, face à conjuntura socioeconómica, diversos procedimentos de contratação de empreitadas de obras públicas têm ficado desertos com o argumento de o preço base fixado ser considerado baixo por todos os concorrentes, concluiu-se pela atualização das quantidades e preços unitários no sentido de uma maior adequação aos preços de mercado vigentes, o que determinou o aumento da estimativa orçamental;

- C. A necessidade de execução dos trabalhos contemplados no projeto de execução que serve de base ao procedimento ora extinto mantém-se, no sentido de responder às necessidades e reivindicações da população da Urbanização do Infantado;
- D. Atendendo às reivindicações da população local, preconizou-se para uma área de intervenção de cerca de 27.900 m<sup>2</sup>, nas traseiras dos blocos habitacionais da Quinta do Infantado, a criação de um parque urbano, dotado de diversas valências organizadas de forma harmoniosa e coerente, que proporcione atividades de recreio e lazer à população e permita o usufruto das potencialidades locais e dinâmicas urbanas existentes e, simultaneamente, assegure a sustentabilidade ambiental daquele espaço;
- E. Se verifica a ausência de recursos próprios para fazer face à reconversão daquele espaço, manifestando-se claramente a necessidade de recurso à contratação externa, mediante a celebração de contrato de empreitada de obras públicas, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- F. As peças do procedimento de formação do contrato de empreitada do Parque Urbano do Infantado (Processo n.º 34/DA) se encontram concluídas e devidamente instruídas nos termos e para os efeitos do artigo 40.º do CCP.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, n.º 2 do artigo 40.º, n.º 4 do artigo 47.º e artigo 109.º, todos do CCP, pela alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho:

1. Aprovar a abertura de procedimento de empreitada de obras públicas designado Parque Urbano do Infantado - Processo n.º 34/DA, por Concurso Público e autorizar a realização da despesa inerente, no valor total de 747.566,07 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. Aprovar o valor base do procedimento, no montante de 747.566,07 € (setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e seis euros e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo máximo de execução de 210 (duzentos e dez) dias seguidos, para efeitos de lançamento no mercado e consequente aprovação de abertura de procedimento por concurso público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do CCP;
3. Aprovar a fundamentação do valor base, que corresponde ao valor total calculado na estimativa orçamental do projeto de execução, tendo em conta os custos, diretos, os custos indiretos e a margem comercial adequados a esta tipologia de trabalhos;
4. Aprovar a fixação de um preço anormalmente baixo, quando este corresponda a 20% ou mais abaixo da média dos preços das propostas admitidas, determinado pela necessidade de assegurar a boa execução dos trabalhos, atendendo para o efeito, por um lado, que um preço inferior produzirá decréscimo na qualidade dos trabalhos tendo em consideração a evolução económica do país nos últimos anos e, por outro, à necessidade de minorar os riscos de incumprimento de obrigações contratuais;
5. Aprovar o critério de desempate, nos termos do disposto na 2.ª parte do n.º 6 do artigo 74.º do CCP;
6. Aprovar a decisão de não adjudicação por lotes, nos termos do disposto pelo n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP, tendo em conta que as prestações a abranger pelo respetivo objeto contratual se revelam manifestamente incindíveis, em virtude da necessidade de implementação e cumprimento de um projeto de execução e, por outro lado, atendendo às especificidades do local e da natureza da própria intervenção, a sua separação causar graves inconvenientes e se revelar ineficiente para a entidade adjudicante em termos de execução e acompanhamento de obra, sequência da realização dos trabalhos e gestão contratual;



7. Aprovar a não admissibilidade de propostas variantes (nos termos do n.º 2 do artigo 59.º do CCP), prémios (nos termos do disposto pelo artigo 301.º do CCP) e negociação;
8. Aprovar a caução a prestar pelo adjudicatário, nos termos do disposto pelos artigos 88.º a 91.º do CCP, de valor correspondente a 5% do preço contratual ou, caso o preço total da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, 10% do preço contratual;
9. Aprovar o programa de concurso, incluindo a fixação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço ou custo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar e tendo em consideração que as peças do procedimento - designadamente o projeto de execução - definem todos os restantes elementos do contrato a celebrar (cfr. alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 74.º do CCP), atenta a simplicidade dos trabalhos a realizar, que não justificam, em função dos objetivos e das necessidades da entidade adjudicante, a definição de fatores e subfatores que compõem a modalidade da melhor relação qualidade-preço;
10. Aprovar o caderno de encargos;
11. Aprovar o mapa de quantidades e estimativa orçamental, devidamente revistos;
12. Aprovar da obrigatoriedade de os concorrentes deterem alvará com as seguintes autorizações:
  - i. 10.ª subcategoria da 2.ª categoria, na classe correspondente ao valor global da proposta;
  - ii. 9.ª subcategoria da 2.ª categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite.
13. Aprovar a seguinte constituição e composição do júri do procedimento:
  - 1.º Efetivo e Presidente: Dr.ª Renata Guilherme, devendo esta ser substituída, nas suas faltas ou impedimentos, pelo segundo efetivo;
  - 2.º Efetivo: Arqt.ª Ana Sofia Santos;
  - 3.º Efetivo: Arqt.ª Madalena Neves;
  - 1.º Suplente: Eng.ª Maria da Luz Alexandre;
  - 2.º Suplente: Arqt.ª Ana Luís.

14. Aprovar a delegação de todas as competências no júri para a condução do procedimento, com exceção das competências enunciadas no n.º 2 do artigo 69.º do CCP e ao abrigo do disposto pelo artigo 109.º do CCP, designadamente:
  - i. Prestar esclarecimentos;
  - ii. Análise e decisão sobre pedidos de classificação de documentos da proposta;
  - iii. Análise dos erros e omissões e submissão dos mesmos à aprovação do órgão competente para a decisão de contratar;
  - iv. Prorrogação do prazo fixado para a entrega das propostas;
  - v. Audiência prévia escrita dos concorrentes referente ao projeto de decisão e à respetiva lista ordenada dos mesmos para efeitos de adjudicação.
15. Aprovar a delegação das seguintes competências no Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto pelo artigo 109.º do CCP e com vista ao cumprimento dos prazos procedimentais legalmente previstos:
  - i. Prestar esclarecimentos;
  - ii. Aceitar erros e omissões e retificações que não impliquem a alteração do preço base do procedimento.
16. Aprovar o modelo de anúncio do concurso e a autorizar a publicação eletrónica do mesmo no sítio do Diário da República;
17. Aprovar a designação da Arqt.ª Madalena Neves, Chefe da Divisão de Zonas Verdes e Floresta, na qualidade de gestora do contrato, nos termos e para os efeitos do disposto pelo artigo 290.º-A do CCP.

Loures, 18 de novembro de 2019

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

(a) *Paulo Piteira*

***(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)***



Proposta de revogação da deliberação da Câmara Municipal de Loures, que incidiu sobre a Proposta de Deliberação n.º 445/2019, tomada na sua 43.ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de julho de 2019, e de aceitação, a título de inventário e sem contrapartidas, da doação proposta pela Plural Entertainment, S.A., de 2 monóculos omegon visão noturna 5x40 IR.

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**n.º 678/2019**

Considerando que:

- A. Em 31 de julho de 2019, na sua 43.ª Reunião Ordinária, a Câmara Municipal de Loures aprovou a Proposta n.º 445/2019, referente à aceitação da doação ao Município de Loures, por parte da empresa Plural Entertainment, S.A., de 2 (dois) monóculos omegon alpheon + visão noturna 5x40 IR, com o valor unitário de referência de 275,00 € (duzentos e setenta e cinco euros), IVA incluído;
- B. A empresa Plural Entertainment, S.A. aquando da aquisição do equipamento a doar ao Município foi informada pelo respetivo fornecedor que o equipamento descrito havia sido descontinuado;
- C. A empresa Plural Entertainment, S.A., no âmbito da estreita colaboração com o Município de Loures, mantém a intenção de doar os monóculos com visão noturna (monóculos omegon visão noturna 5X40), com as mesmas características do equipamento anteriormente mencionado e avaliados unitariamente em 225,00 € (duzentos e vinte e cinco euros);
- D. O Serviço de Polícia Municipal mantém, igualmente, o interesse no equipamento em questão já que o mesmo constitui uma importante ferramenta na fiscalização/vigilância operada por este serviço, designadamente no âmbito das deposições ilegais de resíduos no concelho, já que este tipo de conduta ilícita é, predominantemente, praticado durante o período noturno;
- E. A referida doação é concedida sem contrapartidas, nos termos do artigo 61.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;

F. Nos termos do número 1 do artigo 169.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, os atos administrativos podem ser objeto de revogação administrativa por iniciativa dos órgãos competentes e que a revogação do ato deve revestir a forma legalmente prescrita para o ato revogado (n.º 1 do artigo 170.º do CPA);

G. De acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual a aceitação de doações é da competência da Câmara Municipal.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do disposto no número 1 do artigo 169.º do Código de Procedimento Administrativo, na redação em vigor e da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- 1. Revogar a deliberação da Câmara Municipal de Loures, que incidiu sobre a Proposta de Deliberação n.º 445/2019, tomada na sua 43.ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de julho de 2019, de aceitação de 2 (dois) monóculos omegon alpheon + visão noturna 5x40 IR, avaliados unitariamente em 275,00 € (duzentos e setenta e cinco euros), perfazendo um total de 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- 2. Aceitar, a título de inventário e sem contrapartidas, a doação proposta pela Plural Entertainment, S.A., de 2 (dois) monóculos omegon visão noturna 5x40 IR, a que se atribui um valor total 450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros).

Loures, 26 de novembro de 2019

O Vice-Presidente

(a) *Paulo Piteira*

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

## OBRAS MUNICIPAIS

### INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS E ESPAÇO PÚBLICO

**Processo n.º 1643/DOM**

#### **Regularização Fluvial e Controlo de Cheias da Ribeira do Prior Velho**

Proposta de aprovação dos trabalhos a mais no âmbito da empreitada e respetiva ordem de execução, e de delegação no Presidente da Câmara da competência para a aprovação da minuta do contrato adicional.

#### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**n.º 679/2019**

Considerando que:

- A. A empreitada de Regularização Fluvial e Controlo de Cheias da Ribeira do Prior Velho foi aprovada pela Câmara Municipal de Loures na sua 16.ª Reunião Extraordinária, de 16 de março de 2017 e que foi objeto de publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 60, de 24 de março de 2017 - Anúncio do procedimento n.º 2392/2017 e no Jornal Oficial da União Europeia JO/S S61, de 28 de março de 2017, com o número de anúncio 2017/S 061-113405, desenvolvido sob o número de processo 1643/DOM;
- B. O contrato data de 19.06.2018 com o n.º 205/2018, tendo sido visado pelo Tribunal de Contas a 14.01.2019;
- C. O projeto foi instruído conforme determinado na Portaria n.º 701-H/2008, e incluía um estudo geológico e geotécnico realizado com base numa rigorosa malha de sondagens. O projeto previa ainda que em fase de obra fossem realizadas 2 sondagens complementares;
- D. O cenário geológico e geotécnico encontrado no local verificou-se ser distinto do previsto inicialmente, pretendendo-se que sejam realizadas 10 sondagens adicionais de maneira a estudar de forma mais aprofundada os estratos geológicos em todo o desenvolvimento da estrutura do caneiro para que seja possível adequar as soluções de projeto à realidade geotécnica do local, em caso de haver essa necessidade;

- E. A necessidade de execução de trabalhos extracontratuais decorre dos resultados inesperados das sondagens efetuadas, o que torna os trabalhos em causa decorrentes de circunstâncias imprevistas, conforme descrito na Informação 647/DIREP/MR/TG, com o registo *webdoc* E/119855/2019, em anexo;
- F. O preço atribuído aos presentes trabalhos a mais (MOC1), no valor de 18.945,00 €, corresponde a 0,21% do valor contrato inicial, não ultrapassando os limites legais definidos no Código dos Contratos Públicos de 40%.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, artigo 370.º, artigos 98.º e 109.º, todos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP), na sua versão conferida pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, em vigor à data de aprovação das peças do procedimento, da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e, bem assim, da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho:

1. Aprovar os trabalhos a mais na empreitada “Regularização Fluvial e Controlo de Cheias da Ribeira do Prior Velho”, no valor de 18.945,00 € (dezoito mil novecentos e quarenta e cinco euros), sem IVA, e a sua respetiva ordem de execução, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 371.º do CCP;
2. Delegar no Presidente da Câmara a competência para a aprovação da minuta do contrato adicional, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 109.º e 98.º, ambos do CCP.

...

O Vereador

(a) *Tiago Matias*

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

## EQUIPAMENTOS COLETIVOS

**Processo n.º 1305-D/DOM**

**Palácio de Valflores - Consolidação Estrutural, Restauro e Proteção de Elementos Arquitetónicos - 1.ª Fase da Obra**

Proposta de aprovação dos trabalhos a mais e da sua respetiva ordem de execução, de notificação do empreiteiro STAP/AOF - Palácio Valflores da ordem de execução daqueles trabalhos, e de delegação no Presidente da Câmara da competência para a adjudicação dos trabalhos a mais e para a aprovação da minuta do contrato.

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 680/2019**

Considerando que:

- A. O adjudicatário STAP/AOF - Palácio Valflores apresentou a sua proposta para execução de trabalhos extracontratuais no âmbito da empreitada Palácio de Valflores - Consolidação Estrutural, Restauro e Proteção de Elementos Arquitetónicos - 1.ª Fase da Obra, em Santa Iria de Azóia, na sequência da necessidade de executar (i) trabalhos de reconstrução dos muretes do poço, (ii) trabalhos de consolidação de paredes de alvenaria, (iii) trabalhos de picagem de rebocos de base cimentícia, (iv) trabalhos de demolição e consolidação a realizar no piso intermédio, (v) trabalhos de remoção de enchimento sobre pavimento das abóbadas, (vi) consolidação e reabilitação das paredes da cozinha (a nascente, a norte e a poente) - Nota Técnica 4;
- B. O expresso no conteúdo da informação n.º 849/DEC/FS, de 2019.11.26 e Anexos;
- C. O preço atribuído aos presentes trabalhos a mais corresponde a 11,39% do contrato inicial, não ultrapassando os limites legais definidos no Código dos Contratos Públicos (CCP), incluindo os anteriores contidos na MOC1 e MOC2, os quais correspondem a 7,12% e 21,49%, respetivamente.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, artigos 370.º e 379.º, todos do D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP), na sua 10.ª versão conferida pela 7.ª alteração produzida pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02/10, em vigor à data de aprovação das peças do procedimento, e da alínea f) do n.º 1

do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho:

1. A aprovação dos trabalhos a mais e a sua respetiva ordem de execução, no valor de 37.305,32 € (trinta e sete mil, trezentos e cinco euros e trinta e dois centimos), ao abrigo do disposto no n.º 1, alíneas a) e b), do artigo 370.º do CCP.
2. A notificação do empreiteiro STAP/AOF - Palácio Valflores da ordem de execução dos trabalhos a mais, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 371.º do CCP.
3. A delegação no Presidente da Câmara da competência para a adjudicação dos trabalhos a mais (MOC3), nas condições de valor e prazo que se venham a apurar a final, até ao valor máximo permitido pela aplicação do disposto no artigo 370.º do CCP e, bem assim, a competência para a aprovação da minuta do contrato, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 109.º, 98.º, 372.º, 373.º, 374.º e 375.º, todos do CCP.

Loures, 27 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Tiago Matias*

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

## EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL

**Processo n.º 66.836/URB**

**Administração Conjunta da AUGI Bairro Quinta da Bola - Tojalinho - Loures**

Proposta de aprovação de alteração ao polígono da AUGI, de aprovação do projeto de reconversão, na modalidade de operação de loteamento e respetivas condições, e de aprovação das condições de apresentação dos projetos de infraestruturas urbanísticas, nos termos das informações dos serviços.

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 681/2019

Considerando:

- A. A formalização do procedimento de licenciamento da operação de loteamento da AUGI - Quinta da Bola/Tojalinho, a sua correta instrução e a recolha de pareceres favoráveis das entidades que, no âmbito da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, têm de emitir parecer;
- B. A entrada em vigor do Plano Diretor Municipal publicado a 18 de junho de 2015;
- C. A delimitação deste bairro como AUGI na deliberação de Reunião de Câmara de 06.07.2016, admitindo pela 1.ª vez a sua reconversão;
- D. O melhor conhecimento da realidade local, de ajustamento de escalas e da melhor delimitação técnica da AUGI;
- E. A ausência de qualquer reclamação ou sugestão no âmbito da consulta pública realizada;
- F. O referido na informação designada por n.º 26/EMAUGI/ML/2019 e na do Chefe de Equipa Multidisciplinar quanto ao facto de estarem reunidas condições para se decidir sobre o projeto de loteamento desta AUGI.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere nos termos do disposto no art.ºs 1.º e 24.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação vigente, subsidiariamente pelas disposições do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, igualmente na redação vigente, e nas condições das informações dos serviços designadas por n.º 26/EMAUGI/ML/RMH/2019 e n.º 31/EMAUGI/RMH/2019, ainda da informação do Chefe de Equipa:

1. Aprovar uma alteração ao polígono da AUGI;
2. Aprovar o projeto de reconversão, na modalidade de operação de loteamento e respetivas condições;
3. Aprovar as condições de apresentação dos projetos de infraestruturas urbanísticas.

Loures, 27 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Tiago Matias*

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

### PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

**Processo n.º 64.080/LA/E/N**

**Novos Seniores - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL**

Proposta de isenção do pagamento de taxa devida pela 2.ª prorrogação de prazo da licença de obras (no âmbito de projeto de alterações e ampliação de instalações na Rua dos Arneiros, 15 a 15-B, Santo Antão do Tojal, União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal), nos termos das informações dos serviços.

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 682/2019

Considerando:

- A. O teor da informação do Chefe de Divisão, e o despacho do Diretor de Departamento, a fl. 681;
- B. Que os estatutos da titular do processo - Novos Seniores - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, a fls. 638 a 641, atestam que a mesma se equipara a uma IPSS;
- C. Que as taxas em questão reportam à 2.ª prorrogação do prazo de execução de obras nas suas instalações - lar de idosos, ao abrigo do alvará de licença n.º 205/2018, de 05-11-2018, com prazo de 8 meses, prorrogado por mais 4 meses, terminado a 17-11-2019.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento de Taxas do Município de Loures, relativamente ao processo n.º 64.080/LA/E/N, em nome de Novos Seniores - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, que reporta à prorrogação do prazo de execução de



obra nas suas instalações - lar de idosos, sitas na Rua dos Arneiros, n.ºs 15, 15-A e 15-B, em Santo Antão do Tojal, na União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, aprovar:

A isenção do pagamento da taxa pela 2.ª prorrogação de prazo da licença de obras, decorrente do art.º 28.º do Regulamento de Taxas do Município de Loures, num total de 7.288,00 € (sete mil duzentos e oitenta e oito euros).

...

Loures, 27 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Tiago Matias*

***(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)***

## COESÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

### HABITAÇÃO

**Processo n.º DH/D/6/2019**

**Empreitada de Reparação e Beneficiação dos Edifícios situados na Rua Gonçalo Mendes da Maia n.ºs 1, 3, 5 e 9 e na Rua Martim Moniz n.ºs 2, 3 e 4, S. Sebastião de Guerreiros, Loures**

Proposta de aprovação da abertura de procedimento, por Concurso Público, de aprovação da fundamentação do valor base, de aprovação de preço anormalmente baixo, de não contratação por lotes, de aprovação da caução a prestar pelo empreiteiro, do programa de concurso e dos critérios de seleção, do critério de desempate, do caderno de encargos, do anúncio do concurso, de constituição e composição do júri, de delegação de competências no Presidente do júri e no júri, de autorização para publicação eletrónica do anúncio no sítio do Diário de República, de designação de representante autorizado para assinatura de documentos na plataforma eletrónica e de designação do gestor do contrato.

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 683/2019**

Considerando que:

- A. Os edifícios de habitação municipal situados na Rua Gonçalo Mendes da Maia, n.ºs 1, 3, 5 e 9 e na Rua Martim Moniz, n.ºs 2, 3 e 4, em São Sebastião de Guerreiros, apresentam um elevado estado de degradação que compromete a sua utilização digna por parte dos moradores;
- B. É pretensão da Câmara Municipal de Loures garantir as devidas condições de habitabilidade dos fogos de habitação que possui;
- C. Este objetivo está inscrito no Plano Plurianual de Investimento e foi preparado o procedimento para lançamento da “Empreitada de Reparação e Beneficiação dos Edifícios situados na Rua Gonçalo Mendes da Maia n.ºs 1, 3, 5 e 9 e Rua Martim Moniz n.ºs 2, 3 e 4, S. Sebastião de Guerreiros, Loures”;
- D. Este procedimento encontra-se em condições para ser tomada a decisão de contratar, sendo o valor económico estimado do contrato de 440.800,00 € (quatrocentos e quarenta mil e oitocentos euros), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- E. No que ao Município de Loures diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento de contratação pública em apreço é a Câmara Municipal;
- F. Foi verificado nesta data, que esta despesa do Município de Loures está prevista na rubrica 07.02/07.01.02.03 e ação 2019/I/23, cabimento 4415/2019.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, n.º 2 do artigo 40.º, n.º 4 do artigo 47.º, da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, e da alínea b) do artigo 19.º, todos do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP), e bem assim, da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho:

1. A aprovação da abertura do procedimento por Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do CCP, pelo valor base de 440.800,00 € (quatrocentos e quarenta mil e oitocentos euros) sem IVA, com um prazo máximo de execução de 240 (duzentos e quarenta) dias seguidos;
2. A aprovação da fundamentação do valor base, que corresponde ao valor total calculado na estimativa orçamental da empreitada;
3. A aprovação de preço anormalmente baixo quando for 15% ou mais, inferior à média das propostas a admitir, considerando-se que o preço inferior produzirá decréscimo da qualidade dos trabalhos tendo em consideração os preços médios praticados no mercado;
4. A aprovação a decisão de não contratação por lotes, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP, uma vez que a empreitada apresenta um preço base inferior a 500.000,00 €;
5. A aprovação da caução a prestar pelo empreiteiro no valor de 5% do valor da adjudicação;
6. A aprovação do Programa de Concurso e dos seguintes critérios de seleção da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de melhor relação qualidade/preço, conforme fatores e subfatores previstos no ponto 18 do Programa;

A)	PP - Preço da Proposta	50%
B)	VT - Valia Técnica	50%

7. A aprovação dos seguintes critérios de desempate:

Em caso de empate entre duas ou mais propostas válidas, utilizar-se-ão os critérios abaixo listados por grau de importância decrescente:

- Pontuação da Valia Técnica;
- Pontuação da Memória Descritiva e Justificativa;
- Pontuação do Plano de Trabalhos;
- Pontuação do Plano de Mão-de-obra;
- Pontuação do Plano de Equipamentos.

Estes critérios serão aplicados sucessivamente até que sejam eliminados todos os empates existentes.

Em caso de subsistência do empate após aplicação destes critérios, a resolução do mesmo será realizada por via de um sorteio, a realizar através de ato público, com prévia comunicação aos concorrentes, relativamente ao local e hora.

8. A aprovação do Caderno de Encargos;
9. A aprovação do Anúncio do Concurso Público;
10. A aprovação da seguinte constituição e composição do júri:
  - Eng.ª Lucília Reis, presidente;
  - Eng.º António Bracons Carneiro, 1.º vogal efetivo;
  - Eng.º João Lourenço, 2.º vogal efetivo;
  - Arqt.ª Catarina Almeida, 1.º vogal suplente;
  - Eng.º Orlando Bonfim, 2.º vogal suplente.
11. A delegação de competências no júri nos termos do disposto no artigo 109.º do CCP, designadamente para:
  - a) Prestar esclarecimentos;
  - b) Pronúncia sobre pedidos de classificação de documentos e pedidos de prorrogação de prazos;
  - c) A análise de erros e omissões e submissão da mesma ao órgão competente para a decisão de contratar;
  - d) Audiência prévia dos concorrentes;
  - e) Prorrogação de prazos que não impliquem a alteração do valor base do procedimento.
12. A delegação das seguintes competências no Presidente, ao abrigo do disposto no artigo 109.º do CCP, com vista ao cumprimento dos prazos procedimentais previstos na Lei:
  - a. Prestação de esclarecimentos;
  - b. Aceitação de erros e omissões que não impliquem, a alteração do valor base do procedimento.
13. A autorização para a publicação eletrónica do anúncio do concurso no sítio do Diário da República.
14. A designação do seguinte funcionário, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1, 2 e 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto, como representante autorizado para assinar eletronicamente os documentos da responsabilidade da entidade adjudicante na plataforma eletrónica Vortal: João Pedro Florindo Lourenço, Técnico Superior;



15. A designação do gestor do contrato, a fl. 222 (Proc. DH/D/6/2019 - 07.02.D.33), nos termos do artigo 290.º-A do CCP: João Pedro Florindo Lourenço, Técnico Superior na Divisão de Habitação.

Loures, 25 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Gonçalo Carço*

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

## EDUCAÇÃO

### AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Proposta de transferência de verbas para entidades parceiras que acompanham o serviço de refeições escolares dos alunos do 1.º Ciclo, no âmbito do Serviço de Apoio à Família - 1.º período letivo (meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019) e acertos referentes ao ano letivo de 2018/2019.

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 684/2019**

Considerando que:

- A. No âmbito do Serviço de Apoio à Família, existem algumas entidades parceiras que, em colaboração com o Município, apoiam o acompanhamento às refeições;
- B. É necessário suportar as despesas efetuadas com o apoio ao acompanhamento às refeições dos alunos do 1.º ciclo, no decorrer do 1.º período (meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019) e acertos referentes ao ano letivo de 2018/2019;
- C. As entidades parceiras e os valores das verbas a transferir encontram-se descritas na Informação n.º 846/DE-DASE/LM, datada de 13 de novembro de 2019, que se encontra em anexo e que faz parte integrante da presente proposta.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea hh), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a transferência de verbas às entidades parceiras nos moldes previstos na informação n.º 846/DE-DASE/LM, de 13 de novembro.

Loures, 26 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Gonçalo Carço*

Entidade	Equipamento Educativo	N.º auxiliares/ horas autorizadas	N.º horas	Valor a processar
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB n.º 3 Bobadela NIF: 504949853	EB n.º 3 Bobadela	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
Centro Popular Infantil Nascer do Sol NIF: 501391509 (+ acertos 2018/2019 -junho)	EB n.º 2 Bobadela	2 auxiliares/2h	316 h	1.738,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EBI Bobadela NIF: 509368212	EBI Bobadela	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da Escola Primária n.º 3 de Loures NIF: 503058793	EB Fanqueiro	3 auxiliares/2h	396 h	2.178,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB 1 São Julião do Tojal NIF: 505198908 (+ acertos 2018/2019 abril, maio e junho)	EB São Julião do Tojal	2 auxiliares/2h	444 h	2.442,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB 1 Santo Antão do Tojal NIF: 504076116 (+ acertos 2018/2019 maio e junho)	EB Santo Antão do Tojal	2 auxiliares/2h	78 h	429,00 €

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Loures NIF: 503903051	EB Manjoeira	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de São Julião do Tojal NIF: 503180360 (+ acertos 2018/2019 junho)	EB Zambujal	2 auxiliares/2h	316 h	1.738,00 €
Associação de Pais, Encarregados de Educação do Núcleo Escolar de Fanhões NIF: 503965685 (+ acertos 2018/2019 maio e junho)	JI Pintéus	1 auxiliar/2h	194 h	1.067,00 €
	EB Fanhões	1 auxiliar/2h	200 h	1.100,00 €
Associação de Pais Bússola da Brincadeira NIF: 509497810	EB Loures	4 auxiliares/2h	528 h	2.904,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB1/JI Fonte Santa NIF: 509065686	EB Fonte Santa	4 auxiliares/2h	528 h	2.904,00 €
	EB Murteira	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €
Centro Social e Paroquial de São Pedro de Lousa NIF: 501683755	JI Salemas	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
	EB Cabeço de Montachique	3 auxiliares/2h	396 h	2.178,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB Via Rara NIF: 504447050	EB Via Rara	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB1/JI Portela da Azóia NIF: 508384320	EB n.º 5 Santa Iria de Azóia	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB da Covina NIF: 507602838	EB Bairro da Covina	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB1/JI do Alto da Eira NIF: 501926712	EB Alto da Eira	4 auxiliares/2h	528h	2.904,00 €
Sítio da Bela Vista Associação Pais e Enc. Educação NIF: 508613418	EB Bela Vista	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB1 n.º 4 de S. João da Talha NIF: 503389684	EB n.º 1 São João da Talha	2 auxiliares/2h30m	330 h	1.815,00 €
	EB n.º 4 São João da Talha	3 auxiliares/2h30m	495 h	2.722,50 €
	EB n.º 2 São João da Talha	2 auxiliares/2h30m	330 h	1.815,00 €
	EB Vale Figueira	1 auxiliar/2h30m	165 h	907,50 €
Associação Nossa Senhora dos Anjos NIF: 500846740	EB n.º 3 Sacavém	3 auxiliares/2h	396 h	2.178,00 €
	EB Sacavém	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
	EBI Bartolomeu Dias	2 auxiliares/1h30m	198 h	1.089,00 €
	EB n.º 1 e EB n.º 3 de Unhos	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
	EB Unhos	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
	EB Unhos	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €
Associação Nacional de Educação Artística e Cultural NIF: 501422692	EB n.º 1 Apelação	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
	EB Prior Velho	3 auxiliares/2h	396 h	2.178,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB do Prior Velho NIF: 505136562	EB SAC	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
	EB Quinta do Conventinho	3 auxiliares/2h	396 h	2.178,00 €
Associação O Salutarico NIF: 501400206	EB Fernando Bulhões	2 auxiliares/2h	264 h	1.452,00 €
	EB Flamengo	2 auxiliares/2h	254 h	1.452,00 €
Associação Cantinho da Pequeneda NIF: 503666602	EB Frielas	2 auxiliares/3h	396 h	2.178,00 €
Associação de Pais e Enc. de Ed. da EB1/JI Portela NIF: 504927493	EB Portela	4 auxiliares/2h	528 h	2.904,00 €
Centro Social e Paroquial D. Nuno Álvares Pereira NIF: 502345841	EB Fetais	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €

Entidade	Equipamento Educativo	N.º auxiliares/ horas autorizadas	N.º horas trabalhadas	Valor a processar
Associação Escola Comvida NIF: 508265339 (acertos 2018/2019 abril, maio e junho)	EB Fetais	2 auxiliares/2h	414 h	2.277,00 €
	EB Quinta das Mós	3 auxiliares/2h	596 h	3.278,00 €
	EB n.º 1 Camarate	2 auxiliares/2h	414 h	2.277,00 €
	EB n.º 2 Camarate	1 auxiliar/2h	232 h	1.276,00 €
	EB n.º 4 Camarate	1 auxiliar/1h	122 h	671,00 €
	EB n.º 5 Camarate	1 auxiliar/2h	232 h	726,00 €
Associação de Pais e Enc. de Educação da EB n.º 1/JI de Moscavide NIF: 505182599	EB Quinta da Alegria	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €
Jardim de Infância O Nosso Mundo NIF: 501354760	EB n.º 1 Apelação	1 auxiliar/2h	132 h	726,00 €
<b>TOTAL</b>				<b>74.558,00 €</b>

Entidade	Equipamento Educativo	N.º auxiliares/ horas autorizadas	N.º horas trabalhadas	Valor a processar
União das Freguesias de Moscavide e Portela NIF: 510838162 (+ acertos 2018/2019 - junho)	EB Dr. Catela Gomes	1 auxiliar/2h	158 h	869,00 €
<b>TOTAL</b>				<b>869,00 €</b>

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

Proposta de transferência de verbas para entidades parceiras que asseguram o fornecimento de refeições escolares, no âmbito do Serviço de Apoio à Família - ano letivo de 2019/2020.

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 685/2019**

Considerando que:

- No âmbito do Serviço de Apoio à Família, existem algumas entidades parceiras que, em colaboração com o Município, asseguram o fornecimento de refeições aos alunos/crianças que frequentam as escolas e jardins de infância;
- É necessário suportar as despesas efetuadas com o fornecimento de refeições no ano letivo 2019/2020;
- As entidades parceiras, os valores das verbas a transferir e plano de pagamentos encontram-se descritas na Informação n.º 850/DE-DASE/CG, datada de 25 de novembro de 2019, que se encontra em anexo e faz parte integrante da presente proposta.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea hh), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a transferência de verbas às entidades parceiras nos moldes previstos na informação n.º 850/DE-DASE/CG, de 25 de novembro.

Loures, 26 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Gonçalo Carço*

Quadro 1 – Mapa Parceiros – Fornecimento de Refeições

Nº Identificação Fiscal	Entidade	Equipamento	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	Total	Total €
501 391 509	Centro Popular Infantil "Nascer do Sol"	EB nº 2 Bobadela	900	2.070	2.070	900	2.070	2.070	2.070	900	2.070	2.070	17.190	51.570,00 €
501 513 671	Associação Comunitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Sacavém	JI Quinta São José	338	777	777	338	777	777	777	338	777	777	6.453	19.939,77 €
503 180 360	Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de São Julião do Tojal	EB Zambujal	722	1.661	1.661	722	1.661	1.661	1.661	722	1.661	1.661	13.793	41.373,00 €
503 666 602	Associação "Cantinho da Pequenada"	EB Frielas	539	1.240	1.240	539	1.240	1.240	1.240	539	1.240	1.240	10.297	30.891,00 €
503 845 531	Associação de Pais e Enc. de Educação do EB1/JI do Infante	EB Infante	3.828	8.805	8.805	3.828	8.805	8.805	8.805	3.828	8.805	8.805	73.119	219.357,00 €
Total			6.327	14.553	14.553	6.327	14.553	14.553	14.553	6.327	14.553	14.553	120.852	363.136,77 €

Quadro 2 - Mapa de Plano de Pagamentos

Plano de pagamentos			setembro a dezembro de 2019		Acertos 2018/2019	setembro a dezembro de 2019 + acertos 2019	Mensalmente, de janeiro a junho de 2020 (à exceção de abril)		Mês de abril de 2020	
NIF	Entidade	Equipamento	N.º refeições	Valor	Valor	Valor	N.º refeições	Valor	N.º refeições	Valor
501 391 509	Centro Popular Infantil "Nascer do Sol"	EB N.º 2 Bobadela	5.940	17.820,00 €	-4.410,00 €	13.410,00 €	2.070	6.210,00 €	900	2.700,00 €
501 513 671	Associação Comunitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Sacavém	JI Quinta de São José	2.230	6.890,70 €	-3.343,38 €	3.547,32 €	777	2.400,93 €	338	1.044,42 €
503 180 360	Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de São Julião do Tojal	EB Zambujal	4.766	14.298,00 €	-8.481,00 €	5.817,00 €	1.561	4.983,00 €	722	2.166,00 €
503 666 602	Associação "Cantinho da Pequenada"	EB Frielas	3.558	10.674,00 €	-7.359,00 €	3.315,00 €	1.240	3.720,00 €	539	1.617,00 €
503 845 531	Associação de Pais e Enc. Educação do EB1/JI Infante	EB Infante	25.266	75.798,00 €	-27.006,00 €	48.792,00 €	8.805	26.415,00 €	3.828	11.484,00 €
TOTAL			41.760	125.480,70 €	-50.599,38 €	74.881,32 €	14.553	43.728,93 €	6.327	19.011,42 €

Quadro 3 – Mapa Acertos 2018-2019

Entidade	Escola	Número de Refeições SET a JUN				Total ano letivo 2018/2019		
		TOTAL Transferências SAF	TOTAL Refeições Servidas	Diferença	Servidas JUL	Diferença (SET a JUN) + JUL	Total em Euros	
Centro Popular Infantil "Nascer do Sol"	EB nº 2 Bobadela	19.230	16.973	2.257	787	1.470	4.410,00 €	
Associação Comunitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Sacavém	JI Quinta de São José	7.490	6.072	1.418	336	1.082	3.343,38 €	
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de São Julião do Tojal	EB Zambujal (JI + 1º ciclo)	15.790	12.493	3.297	470	2.827	8.481,00 €	
Associação "O Cantinho da Pequenada"	EB Frias	13.560	10.909	2.651	198	2.453	7.359,00 €	
Associação de Pais e Encarregados de Educação do 1º Ciclo e Jardim de Infância do Infante	EB Infante (JI + 1º ciclo)	76.070	64.217	11.853	2.851	9.002	27.006,00 €	
		<b>132.140</b>	<b>110.664</b>	<b>21.476</b>	<b>4.642</b>	<b>16.834</b>	<b>50.599,38 €</b>	

(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)

Proposta de transferência de verbas para entidades parceiras no serviço de prolongamento de horário e para Agrupamentos de Escolas - atividades AAAF - no âmbito do Serviço de Apoio à Família.

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 686/2019

Considerando que:

- Cabe ao Município o desenvolvimento do Serviço de Apoio à Família que, em colaboração com diversas entidades, realiza as atividades de animação e apoio à família/prolongamento de horário nos jardins de infância de alguns equipamentos escolares do Concelho de Loures;
- Os Agrupamentos de Escolas e as entidades parceiras para os quais devem ser transferidas as verbas, para apetrechamento de material didático, cujos valores têm como referência as candidaturas às Atividades de Animação e de Apoio à Família, registadas na aplicação SIGA no mês de outubro de 2019, encontram-se descritas na Informação n.º 844/DE-DASE/SI, datada de 12 de novembro de 2019, que se encontra em anexo e faz parte integrante da presente proposta.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea hh), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a transferência das verbas aos Agrupamentos de Escolas e às entidades parceiras, nos moldes previstos na Informação n.º 844/DE-DASE/SI, de 12 de novembro.

Loures, 26 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Gonçalo Carço*



## Agrupamentos de Escolas:

NIF	Agrupamento de Escolas	Equipamento Escolar	N.º de crianças	Valor	Valor total
600085236	AE 4 de outubro	JI Bucelas	16	200,00 €	200,00 €
600079929	AE José Afonso	JI Frielas	30	325,00 €	325,00 €
600079465	AE João Villaret	EB do Zambujal	20	200,00 €	1.000,00 €
		EB Santo Antão do Tojal	14	200,00 €	
		EB São Julião do Tojal	56	400,00 €	
		JI Pintéus	19	200,00 €	
600079325	AE Sttau Monteiro	EB Montemor	22	200€	1.325,00 €
		EB Loures	56	400,00 €	
		EB Casainhos	9	200,00 €	
		EB Fanhões	37	325,00 €	
		EB A-dos-Cãos	17	200,00 €	
600079767	AE Eduardo Gageiro	EB Sacavém	39	325,00 €	1.175,00 €
		EB n.º 3 Sacavém	27	325,00 €	
		JI Quinta de São José	20	200,00 €	
		JI Terraços da Ponte	29	325,00 €	
600079007	AE Santa Iria de Azóia	EB Bela Vista	50	325,00 €	1.325,00 €
		EB Bairro da Covina	25	200,00 €	
		EB Via Rara	51	400,00 €	
		EB n.º 5 Santa Iria de Azóia	12	200,00 €	
		EB n.º 6 Santa Iria de Azóia	17	200,00 €	
TOTAL					5.350,00 €

## Entidades Parceiras:

NIF	Entidade	Equipamento Escolar	N.º de crianças	Valor	Valor total
501400206	Associação O Salutarico	EB Flamengo	29	325,00 €	725,00 €
		EB Fernando Bulhões	61	400,00 €	
501926712	APEE EB1/JI Alto da Eira	EB Alto da Eira	62	400,00€	400,00 €
503058793	APEE da Escola Primária n.º 3 de Loures	EB Fanqueiro	75	400,00 €	400,00 €
503845531	APEE EB1/JI Infantado	EB Infantado	77	450,00 €	450,00 €
503903051	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Loures	JI Manjoeira	21	200,00 €	200,00 €
504949853	APEE da EB n.º 3 Bobadela	EB n.º 3 Bobadela	16	200,00 €	200,00 €
505361736	APEE do JI Bobadela	JI Bobadela	55	400,00 €	400,00 €
501422692	Associação Nacional de Educação Artística e Cultural	JI Apelação	38	325,00 €	525,00€
		EB n.º 1 Apelação	25	200,00 €	
502346841	Centro Social D. Nuno Álvares Pereira	EB Fetais	62	400,00 €	1.050,00 €
		EB Quinta das Mós	26	325,00 €	
		EB n.º 1 Camarate	48	325,00 €	
509065686	APEE da EB1/JI Fonte Santa	EB Fonte Santa	47	325,00 €	325,00 €
501683755	Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Lousa	EB Cabeço de Montachique	17	200,00 €	600,00 €
		JI Salemas	9	200,00 €	
		EB Lousa	19	200,00 €	
505426390	APEE do Agrupamento General Humberto Delgado	EB Quinta do Conventinho	64	400,00 €	725,00 €
		EB Santo António dos Cavaleiros	43	325,00 €	
504927493	APEE da EB1/JI Portela	EB Portela	73	400,00 €	400,00 €
505136562	APEE da EB1/JI Prior Velho	EB Prior Velho	71	400,00 €	400,00 €
503389684	APEE da EB1 n.º 4 São João da Talha	EB n.º 1 São João da Talha	8	200,00 €	800,00 €
		EB n.º 2 São João da Talha	1	200,00 €	
		EB n.º 4 São João da Talha	5	200,00 €	
		EB Vale Figueira	5	200,00 €	
505182599	APEE da EB1/JI n.º 2 de Moscardide	EB Quinta da Alegria	31	325,00 €	325,00 €
501422692	Associação Nacional de Educação Artística e Cultural	EB Unhos	42	325,00 €	525,00 €
		EB n.º 3 Unhos	14	200,00 €	
514036206	Associação A.P.A.D.L.	EB A-das-Lebres	19	200,00€	200,00 €
<b>TOTAL</b>					<b>8.650,00 €</b>

(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)

Proposta de transferência de verba para União de Freguesias, no âmbito de encargos com transporte escolar - ano letivo de 2019/2020.

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 687/2019

Considerando que:

- A. Conforme disposto no artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, é competência do Município assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- B. No ano letivo de 2017/2018 foi celebrado um protocolo de colaboração, no âmbito dos transportes escolares, entre o Município e a União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, com o objetivo de suportar as despesas de transporte dos alunos do ensino básico daquela área territorial que residiam a menos de 2.500 m da paragem de autocarro, desde que morassem em locais não servidos por transportes públicos e cuja escola da área de residência se encontrasse a mais de 3.000 m ou 4.000 m, sem ou com refeitório escolar respetivamente;
- C. Os pressupostos que estiveram subjacentes à celebração do referido protocolo mantêm-se e o mesmo continua em vigor.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea gg), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como do n.º 3 da cláusula 3.ª do protocolo celebrado entre ambas as entidades, aprovar a transferência de 10.500,00 € (dez mil e quinhentos euros) para a União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, destinada a suportar os encargos do transporte no ano letivo 2019/2020.

Loures, 26 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Gonçalo Caroço*

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

## INTERVENÇÃO E PLANEAMENTO EDUCATIVO

Proposta de celebração de Acordo de Colaboração entre o Município de Loures, a Liga dos Amigos da Mina de São Domingos e o Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro, e de transferência de verba para a Liga dos Amigos da Mina de São Domingos.

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 657/2019

Considerando que:

- A. O Cante Alentejano foi considerado pela Unesco Património Imaterial da Humanidade desde 27 de novembro de 2014;
- B. Através do canto, os grupos corais dão a conhecer os seus usos e costumes de forma diversificada e cultural;
- C. O Município de Loures promove o projeto Oficina do Cante Alentejano junto da comunidade educativa;
- D. É competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou outra de interesse para o município.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- 1. Aprovar o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Loures, a Liga dos Amigos da Mina de São Domingos e o Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro;
- 2. Aprovar a transferência da verba para a Liga dos Amigos da Mina de São Domingos, no valor de 10.040,00 € (dez mil e quarenta euros), nos moldes previstos na informação n.º 364/DIPE/CS, que se encontra em anexo e que faz parte integrante da presente proposta.

Loures, 14 de novembro de 2019

O Vereador

(a) *Gonçalo Caroço*

**ACORDO DE COLABORAÇÃO  
DO CANTE ALENTEJANO  
NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS  
EDUARDO GAGEIRO**

Com o objetivo de dinamizar o Cante Alentejano considerado pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade desde 27 de novembro de 2014, onde através do canto, os grupos corais dão a conhecer os seus usos e costumes de forma diversificada e cultural, o Município de Loures promove o projeto Oficina do Cante Alentejano junto da comunidade educativa.

Assim, entre:

o Município de Loures, adiante designado por Primeiro Outorgante, com sede na Praça da Liberdade, 2670-501, Loures, pessoa coletiva n.º 501294996, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Bernardino Soares

o Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro, adiante designado por Segundo Outorgante, com sede na Escola Secundária de Sacavém, Rua Sport Grupo Sacavenense, Quinta do Património, 2685-011 Sacavém, pessoa coletiva n.º 600079767, neste ato representado pelo Diretor do Agrupamento, Exmo. Sr. Carlos Candeias

e

a Liga dos Amigos da Mina de São Domingos, adiante designado como Terceiro Outorgante, com sede na Travessa do Chafariz, n.º 6, 2685-034 Sacavém, pessoa coletiva com o n.º 501875387, neste ato representado pelo Presidente da Liga, Exmo. Sr. Fernando Vaz.

É celebrado o acordo de colaboração, adiante designado por “Acordo”, que é integrado pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira  
(Objeto)**

**1- Objetivos:**

- a) consolidar e ir ao encontro dos princípios orientadores dos três eixos do projeto educativo do Agrupamento: Eixos Educativos, Pedagógico e Cultural;
- b) promover a inclusão social;
- c) aumentar o nível de participação dos alunos nos projetos e atividades dinamizados no Agrupamento, através de clubes e projetos;

- d) reforçar a participação da Comunidade Educativa na vida da Escola;
  - e) projetar a imagem do Agrupamento no exterior, divulgando-o com a participação dos alunos em ações ou eventos promovidos pelas diferentes parcerias deste projeto;
  - f) melhorar a participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos;
  - g) fomentar a formação e o desenvolvimento dos valores morais, tais como sentimentos de cooperação e solidariedade;
  - h) desenvolver o processo ensino-aprendizagem;
  - i) promover o enriquecimento cultural através da “apropriação” do património físico e humano, natural e construído, regional e/ou nacional, num mundo globalizado, potenciando a sensibilidade e a capacidade de apreciar e respeitar as manifestações populares e tradicionais;
  - j) valorizar o Património Cultural Português;
  - k) promover e divulgar o Cante Alentejano;
  - l) partilhar experiências musicais;
  - m) aprender a cantar as modas do Cante Alentejano respeitando as regras musicais;
  - n) aprender a tocar instrumentos musicais acompanhantes do cante alentejano;
  - o) partilhar saberes entre diferentes gerações;
  - p) proporcionar o encontro geracional;
- 2- As atividades de prática musical do Cante Alentejano deverão promover:**
- a) conhecimentos musicais relativos à voz humana;
  - b) experiências culturais e conhecimento da História e Património;
  - c) atividades em contexto de lazer, privilegiando ações de desenvolvimento lúdico e pedagógico que não se sobreponham às atividades de enriquecimento curricular já implementadas ou à atividade letiva da competência do Agrupamento de Escolas;

- d) realizar visitas de estudo que proporcionem intercâmbio de experiências similares e conhecimento de grupos corais consolidados.

### **Cláusula Segunda (Obrigações do Primeiro Outorgante)**

O primeiro Outorgante responsabiliza-se a:

- a) promover o acompanhamento e a avaliação da execução do presente Acordo;
- b) articular com o segundo e terceiro outorgantes as soluções adequadas para garantir a cedência e o normal funcionamento das instalações utilizadas;
- c) transferir, para o Terceiro Outorgante, a verba 10.040,00 € euros (dez mil e quarenta euros) em duas tranches inerentes às necessidades logísticas para a atividade no ano letivo de 2019/20;
- d) prestar o apoio técnico solicitado, de modo a assegurar o bom desempenho das ações objeto do presente protocolo;
- e) articular com o Agrupamento de Escolas visando a inserção da atividade em sede de Plano Anual de Atividades, ficando acionado o Seguro Escolar para os alunos praticantes;
- f) divulgar o projeto educativo enquanto boa prática de educação artística.

### **Cláusula Terceira (Obrigações do Segundo Outorgante)**

1- O Segundo Outorgante responsabiliza-se a:

- a) assegurar o acompanhamento e supervisão pedagógica da execução do projeto Cante Alentejano, garantindo os mecanismos necessários à respetiva avaliação, aferindo a qualidade na sua execução e o seu contributo para o sucesso educativo dos alunos;
- b) identificar o grupo de alunos alvo;
- c) inserir nos horários letivos a programação de uma sessão semanal;
- d) organizar e registar o grupo de alunos alvo;
- e) organizar com o Terceiro outorgante as visitas de estudo no âmbito do projeto;

- f) inserir a atividade em sede de Plano Anual de Atividades ficando acionado o Seguro Escolar para os alunos alvo;

- g) disponibilizar instalações e o equipamento de âmbito escolar necessário para a prossecução das atividades;

- h) disponibilizar, mediante articulação prévia com os demais outorgantes, a organização de apresentações à comunidade.

### **Cláusula Quarta (Obrigações do Terceiro Outorgante)**

1- O terceiro Outorgante responsabiliza-se no âmbito da execução das atividades:

- a) contratualizar os técnicos garantindo a coordenação pedagógica e artística articulada com o Segundo outorgante;
- b) articular e organizar com o Segundo outorgante as visitas de estudo no âmbito do projeto;
- c) executar as aulas semanais aos alunos alvo;
- d) apoiar tecnicamente no âmbito das atuações para a Comunidade;
- e) encetar contactos com entidades congéneres para a alínea b);
- f) adquirir e disponibilizar equipamento de âmbito específico musical e trajes.

### **Cláusula Quinta Obrigações Conjuntas**

Os Outorgantes obrigam-se a cooperar no sentido de garantir a boa realização do objeto deste Acordo de Colaboração.

### **Cláusula Sexta Denúncia do Protocolo**

O presente Acordo deverá ser revisto por consenso entre as partes e sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando a revisão seja indispensável para adequar a parceria aos objetivos definidos.

**Cláusula Sétima**  
**Interpretação e Integração de Lacunas**

Quaisquer dúvidas sobre a interpretação e integração de lacunas do presente Acordo serão decididas por consenso entre as partes.

**Cláusula Oitava**  
**(Da vigência)**

O presente Acordo vigorará para o ano letivo de 2019/2020.

Loures, \_\_\_\_\_ de 2019

O Primeiro Outorgante  
(Presidente do Município de Loures)

O Segundo Outorgante  
(Diretor do Agrupamento)

O Terceiro Outorgante  
(Presidente da Direção)

***(Aprovada por maioria, com as abstenções da Sr.ª Vereadora e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, os votos contra da Sr.ª Vereadora e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata e os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)***

**GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**GESTÃO DOCUMENTAL E ARQUIVO**

Proposta de aceitação, a benefício de inventário, da doação de espólio documental a integrar no acervo do Arquivo Municipal de Loures.

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**n.º 688/2019**

Considerando que:

- A. Os Municípios têm atribuições nos domínios do património e da cultura, nos termos estatuídos na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incumbindo-lhes o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural como preceituado no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;
- B. Nos termos do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Acesso e Utilização do Arquivo Municipal de Loures, o município de Loures desenvolve uma política ativa de valorização do seu património arquivístico, através da aquisição por compra, doação ou depósito de fundos arquivísticos de natureza diversa, provenientes de entidades públicas ou privadas, em qualquer tipo de suporte, com origem em entidades e/ou com interesse histórico-cultural para o Município;
- C. Foi manifestada a intenção de doar, por Ana Isabel Sousa Grosso, ao Município, com vista à sua incorporação no acervo documental do Arquivo Municipal de Loures, dos espólios documentais melhor identificados na informação técnica n.º 147/DGDA, de 13 de novembro de 2019, respeitantes a João Raymundo Alves, jornalista, editor e político que desempenhou cargos de relevo no Concelho, como Administrador do Concelho de Loures, Presidente da Comissão Concelhia de Administração dos Bens Eclesiásticos na posse do Estado, Presidente da Comissão de Assistência e Beneficência da Freguesia de Bucelas e representante do Grémio dos Viticultores da Região de Bucelas;
- D. A aceitação da proposta de doação permite, com efeito, valorizar e enriquecer o património arquivístico do Arquivo Municipal de Loures;



E. A Divisão de Gestão Documental e Arquivo prestou parecer favorável à incorporação daqueles espólios no Arquivo Municipal.

Tenho a honra de propor que:

A Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a aceitação, a benefício de inventário, da doação dos espólios documentais descritos na informação n.º 147/DGDA, de 13 de novembro de 2019, e melhor identificados no seu Anexo, que se destinam a incorporar o acervo documental do Arquivo Municipal de Loures, não se tornando viável a determinação do valor económico dos espólios doados, dada a natureza dos mesmos.

Loures, 25 de novembro de 2019

O Vereador,

(a) *Gonçalo Caroco*

#### Listagem da documentação doada

##### PUBLICAÇÃO

- Livro de Turismo- Lisboa, Sevilha, Paris, edição do Boletim do Governo Civil de Lisboa - nota final de Raymundo Alves (anterior a 1940)

##### CORRESPONDÊNCIA

- Coleção de 76 Bilhetes-Postais temáticos e 9 ilustrados, enviados do país e do estrangeiro, por Raymundo Alves a sua esposa D. Olinda Pires d'Almeida Cortegaça - 1911-1916
- Correspondência de carácter particular de Raymundo Alves para sua esposa D. Olinda Pires d'Almeida Cortegaça - 28 cartas dos anos 1911-1912

**(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação a Sr.ª Vereadora Maria Rita Colaço Leão)**

### SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS

Proposta de aprovação da submissão a deliberação da Assembleia Municipal de Loures, de autorização prévia para contração de dois empréstimos de médio e longo prazo, para financiamento, de investimentos, nos termos da proposta n.º 399/2019 apresentada pelo Conselho de Administração dos SIMAR.

#### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 640/2019**

Considerando que:

- A. O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odívalas (SIMAR), na sua 13.ª Reunião Extraordinária, de 12 novembro de 2019, aprovou remeter aos municípios de Loures e Odívalas, a proposta n.º 399/2019 relativa à contração de empréstimos.

Tenho a honra de propor que:

A Câmara Municipal, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração dos SIMAR, n.º 399/2019, delibere, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação vigente, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter, à Assembleia Municipal de Loures, para discussão e autorização prévia do financiamento, dos investimentos constantes no Anexo I da presente proposta de deliberação, para dois empréstimos de médio e longo prazo, nas seguintes condições:

##### Empréstimo A:

- Montante do empréstimo: até ao montante de 1.471.800,00 € (um milhão quatrocentos e setenta e um mil e oitocentos euros);
- Prazo Global: 8 anos;
- Sem Carência.

##### Empréstimo B:

- Montante do empréstimo: até ao montante de 11.298.500,00 € (onze milhões duzentos e noventa e oito mil e quinhentos euros);
- Prazo Global: 14 anos;
- Período de Carência: 2 anos

Loures, 13 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara

(a) Bernardino Soares

## ANEXO I

### Identificação dos Investimentos a incluir nos Empréstimos

Empréstimo A	Valor/€
2 Viaturas de 12 m <sup>3</sup> Recolha Posterior (59.01.01)	295.200,00
2 Viaturas Recolha Lateral 23 m (59.01.01)	516.600,00
3 Viaturas Recolha Posterior 15 m <sup>3</sup> (59.01.01)	660.000,00
<b>TOTAL Empréstimo A</b>	<b>1.471.800,00</b>

Empréstimo B	Valor/€
Remodelação da Rede de AA a Santo António dos Cavaleiros - Fase I (11.02.13)	1.105.000,00
Remodelação da Rede de AA a Santo António dos Cavaleiros - Fase II (11.02.13)	927.000,00
Remodelação da Rede de AA a Loures - Fase I Zona Milharada (11.02)	1.131.000,00
Remodelação da Rede de AA a Loures - Fase I Zona Fanqueiro (11.02.07)	2.272.000,00
Conduta do Reforço do AA à 4.ª Fase do Infantado (11.02.40)	500.000,00
Construção do Reservatório dos Pedernais (11.01.68)	1.671.000,00
Substituição das Condutas de distribuição na Codivel Fase I (11.01.58)	1.105.000,00
Substituição de Condutas em Famões - Fase I Parte 1 (11.01.67)	808.500,00
Substituição de Condutas em Famões - Fase I Parte 2 (11.01.67)	1.279.000,00
Substituição de Condutas nos Concelhos de Loures e Odivelas (11.11.10)	500.000,00
<b>TOTAL Empréstimo B</b>	<b>11.298.500,00</b>

***(Aprovada por maioria, com as abstenções das Sr.ªs Vereadoras e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata e os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vice-Presidente, dos Srs. Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária)***



**PRESIDÊNCIA**



**DESPACHO n.º 226/2019**

**de 26 de novembro de 2019**

**(registo E/129826/2019, de 27.11.2019)**

### **Realização de despesa**

Considerando que:

- Com a aproximação do final do ano económico é necessário confirmar o planeamento orçamental e financeiro perspectivado para os últimos meses do ano e projetar, o mais rigorosamente possível, os compromissos que transitam para o ano de 2020;
- Existem compromissos orçamentais que obrigatoriamente têm de ser pagos até final do presente ano económico.

Ao abrigo do art.º 37.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determino:

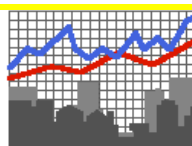
- A partir de 2 de dezembro deixa de ser possível a contratação de despesa, por conta do orçamento de 2019, excetuando-se as seguintes situações:
  - Pessoal;
  - Aquisição de bens e serviços para o refeitório municipal e refeitórios escolares;
  - Reparação de máquinas, viaturas ou outros equipamentos considerados imprescindíveis para o normal funcionamento do município;
  - Projetos plurianuais previstos nas Grandes Opções do Plano (GOP) para 2019/2022;
  - Projetos cofinanciados;
  - Ações programadas e planeadas nas GOP para este período;
  - Transferências, apoios e subsídios, cujas propostas deverão ser remetidas para deliberação do órgão executivo até final de novembro;
  - Publicidade e publicações obrigatórias;
  - Custas e preparos judiciais;
  - Situações urgentes e inadiáveis devidamente fundamentadas.

- 2) As situações urgentes e inadiáveis ficam sujeitas a despacho prévio do Presidente da Câmara, assim como eventuais propostas de alteração orçamental.
- 3) As situações autorizadas que incidem nos anos económicos futuros, devem os serviços declarar a prevalência da inscrição da verba nos orçamentos imediatos, condição imprescindível à autorização.
- 4) A partir do dia 9 de dezembro, deixa de ser possível a realização de cabimentos e compromissos em virtude dos trabalhos preparatórios da implementação do SNC-AP.
- 5) Celeridade na confirmação dos documentos de despesa, evitando o acumular de confirmações dos mesmos a partir de 15 de dezembro de 2019.
- 6) Este despacho produz efeitos até 31 de dezembro de 2019.

O Presidente da Câmara

(a) *Bernardino Soares*

## UNIDADES ORGÂNICAS



### PLANEAMENTO FINANCEIRO E APROVISIONAMENTO



**INFORMAÇÃO n.º 2940/DCA/VA**

**de 20 de novembro de 2019**

**sobre a qual foi exarado  
despacho de concordância,  
datado de 21 de novembro de 2019,  
pelo Sr. Diretor do Departamento  
de Planeamento Financeiro e  
Aprovisionamento**

(registo E/126600/2019, de 25.11.2019)

**Coordenação do trabalho  
na Divisão de Contratação  
e Aprovisionamento  
no período de férias**

Considerando a ausência do signatário por motivo de férias de 25/11 a 29/11/2019, propõe-se que sejam cometidas as competências que me foram delegadas através do despacho 143/2017, de 15 de novembro, no Técnico Superior Rui Miguel dos Santos.

Mais se propõe o envio da presente informação à DGMA/DGDA/EXP - expediente, para divulgação.

O Chefe da Divisão  
de Contratação e Aprovisionamento

(a) *Viriato Aguilar*



#### **INFORMAÇÃO N.º 45/DCDJ/AS**

**de 25 de novembro de 2019**

**sobre a qual foi exarado  
despacho de concordância,  
datado de 25 de novembro de 2019,  
pelo Sr. Vice-Presidente**

(registo E/128326/2019, de 26.11.2019)

#### **Substituição na ausência do Signatário**

Considerando a ausência do signatário de 28 a 30 de novembro, proponho que a minha substituição seja assegurada pela Coordenadora do Gabinete de Juventude, Dr.ª Ana Rita Mota, com as competências que me foram subdelegadas pelo Sr. Vice-Presidente, através do despacho n.º 203/2018 de 3 de outubro.

O Diretor de Departamento  
de Cultura, Desporto e Juventude

(a) *Alfredo Santos*



#### **INFORMAÇÃO n.º 42/DC/PLS**

**de 22 de novembro de 2019**

**sobre a qual foi exarado  
despacho de concordância,  
datado de 22 de novembro de 2019,  
pelo Sr. Vice-Presidente**

(registo E/128093/2019, de 26.11.2019)

#### **Substituição da Chefe de Divisão de Cultura durante período de férias**

Considerando a ausência por motivo de férias durante o período compreendido entre 26 e 29 de novembro de 2019, proponho que a minha substituição seja assegurada, com as competências subdelegadas através do Despacho n.º 202/2019, de 31 de outubro, pela Dr.ª Isabel Maria Fernandes Rodrigues, Coordenadora das áreas de Apoio ao Associativismo Cultural e Dinamização Cultural.

Propõe-se ainda o envio desta informação à DGDA/Expediente para divulgação da mesma.

À consideração superior.

(a) *Patrícia Silva*

Chefe de Divisão



## **INFORMAÇÃO n.º 02/2019**

**de 25 de novembro de 2019**

**sobre a qual foram exarados  
despachos de concordância,  
datado de 26 de novembro de 2019  
pelo Sr. Diretor do Departamento  
de Cultura, Desporto e Juventude  
e datado de 28 de novembro de 2019,  
pelo Sr. Vice-Presidente**

(registo E/128791/2019, de 29.11.2019)

### **Substituição na ausência do signatário**

Considerando a ausência do signatário de 28 a 30 de novembro, proponho que a minha substituição seja assegurada pela Coordenadora da Área de Gestão de Equipamentos Desportivos, Dr.ª Ana Patrícia Gonçalves Casquilho Pereira Oliveira, com as competências que me foram subdelegadas pelo Diretor do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, através do despacho n.º 203/2019, de 31 de outubro.

Propõe-se ainda o envio desta informação à DGDA/Expediente para divulgação da mesma.

À consideração superior.

O Chefe da Divisão de Desporto

(a) *Fernando Fernandes*



## **ATENDIMENTO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**



## **INFORMAÇÃO n.º 85/DAIC/CG**

**de 26 de novembro de 2019**

**sobre a qual foi exarado  
despacho de concordância,  
datado de 2 de dezembro de 2019,  
pelo Sr. Presidente da Câmara**

(registo E/129511/2019, de 03.12.2019)

### **Alteração do responsável pela Área de Divulgação da DAIC**

No âmbito da gestão dos recursos humanos afetos à Divisão de Atendimento, Informação e Comunicação, verifica-se a necessidade de substituir o responsável pela Área de Divulgação.

Deste modo, propõe-se que o trabalhador Luís Miguel dos Santos Balasteiro assuma esta responsabilidade a partir do próximo dia 1 de dezembro.

Em caso de concordância superior, propõe-se enviar a presente informação ao Expediente para divulgação pelas diferentes unidades orgânicas.

Loures, 26 de novembro de 2019

O chefe da Divisão  
de Atendimento, Informação e Comunicação

(a) *Carlos Gomes*





## ANÚNCIOS

### MUNICÍPIO DE LOURES



#### AVISO (extrato) n.º 18715/2019

#### **Procedimentos concursais comuns de recrutamento para a carreira de Assistente Operacional**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e na a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, aprovada a abertura dos procedimentos concursais, conforme deliberação tomada na 45.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 11 de setembro de 2019, torna-se público que, por despacho do Sr. Vereador dos Recursos Humanos de 3 de outubro de 2019, exarado na informação n.º 154/DGRH/APG/CS-PO, de 19 de setembro de 2019, proferido no uso das competências delegadas pelo Sr. Presidente da Câmara (Despacho n.º 184/2018, de 2 de outubro), se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis, os seguintes procedimentos concursais comuns, para ocupação de postos de trabalho da categoria de Assistente Operacional da carreira de Assistente Operacional:

Referência 1 - 1 posto de trabalho na área profissional de Carpinteiro de Limpos, afeto ao Departamento de Obras Municipais;

Referência 2 - 2 postos de trabalho na área profissional de Pintor, afetos ao Departamento de Coesão Social e Habitação;

Referência 3 - 2 postos de trabalho na área profissional de Cantoneiro de Arruamentos, afetos ao Departamento de Coesão Social e Habitação;

Referência 4 - 1 posto de trabalho na área profissional de Eletricista, afeto ao Departamento de Coesão Social e Habitação;

Referência 5 - 1 posto de trabalho na área profissional de Canalizador, afeto ao Departamento de Coesão Social e Habitação;

Referência 6 - 3 postos de trabalho na área profissional de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (CMPVE), afetos à Divisão de Transportes e Oficinas.

Caracterização do(s) posto(s) de trabalho, conforme o mapa de pessoal:

Referência 1 - A atribuição, competência ou atividade previstas nos artigos 6.º e 8.º do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Loures, complementado pelas seguintes funções: preparar/serrar madeira de natureza diversa para executar portas, janelas, rodapés, escadas, divisórias, lambris entre outros elementos; assegurar trabalhos de reparação em elementos de madeira, tais como: guarnições, aros, portas, aduelas, entre outros; assentar e montar os elementos atrás referidos; proceder a alterações/transformações de peças a partir de uma estrutura velha para uma nova, com as devidas adaptações; assumir a responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo à manutenção dos mesmos sempre que necessário; exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por despacho superior.

Referência 2 - A atribuição, competência ou atividade previstas nos artigos 6.º e 11.º do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Loures, complementado pelas seguintes funções: aplicar tintas e vernizes sobre superfícies de estuque, reboco, madeira e metal com a utilização de dispositivos de pintura apropriados; preparar superfícies para recobrir e remover as camadas de pintura que apresentam deficiência; ter conhecimentos sobre ordem de aplicação e proporções de massas, óleos, diluentes, secantes, tintas, vernizes, cal, água e colas; exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por despacho superior.

Referência 3 - A atribuição, competência ou atividade previstas nos artigos 6.º e 11.º do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Loures, complementado pelas seguintes funções: dar apoio e acompanhar na realização das diversas atividades, assegurando a preparação de todos os materiais necessários; proceder à confeção de argamassas necessárias; assegurar a arrumação, remoção dos resíduos de construção e limpeza dos espaços; arrumação dos materiais e equipamentos; exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por despacho superior.

Referência 4 - A atribuição, competência ou atividade prevista nos artigos 6.º e 11.º do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Loures, complementado pelas seguintes funções: exercer funções de eletricista de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadráveis em diretivas bem definidas e com graus de complexidade variáveis; executar tarefas de apoio complementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços; executar trabalhos em altura, na montagem de projetores, outro tipo de iluminação entre outros trabalhos, para dar resposta em iniciativas municipais; assumir a responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização; exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por despacho superior.

Referência 5 - A atribuição, competência ou atividade prevista nos artigos 6.º e 11.º do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Loures, complementado pelas seguintes funções: executar canalizações destinadas ao transporte de águas ou esgotos; cortar, roscar e soldar tubos; executar redes de distribuição de águas e de recolha de esgotos pluviais e/ou doméstico e respetivos ramais de ligação; assentamento de tubagens e acessórios necessários; exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por despacho superior.

Referência 6 - A atribuição, competência ou atividade prevista nos artigos 6.º e 31.º do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Loures, complementado pelas seguintes funções: conduzir e manobrar diferentes tipos de equipamentos pesados, utilizados em obras de construção ou demolição, conservação de vias, movimentação de materiais e limpeza urbana (retroescavadoras, pás carregadoras, tratores agrícolas e varredoras compactas, entre outros); conduzir e operar viaturas pesadas de mercadorias e viaturas pesadas com equipamentos e superestruturas utilizados na intervenção municipal (viaturas com báscula e grua, varredoras e lavadoras sobre chassis, veículos equipados com superestruturas associadas a obras e outras intervenções municipais); operar equipamentos hidráulicos e mecânicos complementares das viaturas e máquinas; conduzir outras viaturas ou máquinas para as quais esteja habilitado; efetuar o abastecimento de combustível e outros fluidos necessários, verificação de níveis de fluidos, pressão de pneus e estado de filtros, efetuar operações de atestos, lubrificação e sangramento de sistemas; efetuar operações de substituição, afinação e limpeza de componentes e acessórios de trabalho na ótica do utilizador; proceder à

lavagem e limpeza exterior e interior das viaturas e máquinas; realizar operações inerentes à função de condutor ou operador, nomeadamente as verificações recomendadas nos manuais dos equipamentos; efetuar a manutenção básica das viaturas, dos equipamentos e seus acessórios, procedendo a reparações simples e realizando os respetivos registos; apoiar as intervenções de manutenção preventiva e corretiva de viaturas e equipamentos; assegurar o acondicionamento e correto transporte de cargas; participar no transporte e descarga de máquinas e equipamentos; identificar e recolher a informação dos sistemas de diagnóstico a bordo, registar informações relativas à exploração dos equipamentos, comunicar as ocorrências anormais e anomalias detetadas; respeitar as regras e boas práticas no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho, eficiência energética, conservação dos equipamentos e implicações ambientais; utilizar o fardamento atribuído e os equipamentos de proteção individual preconizados; exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por despacho superior.

Habilitações literárias exigidas: escolaridade obrigatória, sem possibilidade de substituição de habilitação literária por formação e ou experiência profissional.

Publicação integral: Na bolsa de emprego público (BEP), acessível em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da Câmara Municipal de Loures ([www.cm-loures.pt](http://www.cm-loures.pt)), a partir da data da publicação na BEP.

5 de novembro de 2019.

O Diretor do Departamento,

(a) *Carlos Santos*

[Publicado na íntegra em Diário da República, 2.ª Série, n.º 224, de 21 de novembro de 2019]



## **AVISO (extrato) n.º 18716/2019**

### **Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para a carreira de Assistente Operacional**

Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e na a) do n.º 1 do Artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, aprovada a abertura do procedimento concursal, conforme deliberação tomada na 45.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 11 de setembro de 2019, torna-se público que, por despacho do Sr. Vereador dos Recursos Humanos de 01 de outubro de 2019, exarado na informação n.º 153/DGRH/APG/CS-PO, de 18 de setembro de 2019, proferido no uso das competências delegadas pelo Sr. Presidente da Câmara (Despacho n.º 184/2018, de 2 de outubro), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para futura ocupação de posto(s) de trabalho da categoria de Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional, afeto(s) ao Departamento de Educação - Divisão de Intervenção e Planeamento Educativo, para exercício de funções nos estabelecimentos de ensino do Concelho de Loures.

Caracterização do(s) posto(s) de trabalho, conforme o mapa de pessoal: Atribuição, competência ou atividade previstas nos artigos 6.º e 9.º do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Loures, nomeadamente, no que concerne à prossecução das atribuições do município no domínio da educação, previstas na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho, e estabelecidas no contrato n.º 194/2009 celebrado entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Loures, executando tarefas de apoio à atividade pedagógica, de ação social escolar e de apoio geral, indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos educativos, designadamente: higiene, limpeza e conservação dos equipamentos; apoio nas atividades desenvolvidas e à comunidade educativa e apoio nas atividades de crianças com necessidades educativas especiais.

Habilitações literárias exigidas: escolaridade obrigatória, sem possibilidade de substituição de habilitação literária por formação e ou experiência profissional.

Publicação integral: Na bolsa de emprego público (BEP), acessível em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da Câmara Municipal de Loures ([www.cm-loures.pt](http://www.cm-loures.pt)), a partir da data da publicação na BEP.

5 de novembro de 2019.

O Diretor do Departamento,

(a) *Carlos Santos*

[Publicado na íntegra em Diário da República,  
2.ª Série, n.º 224, de 21 de novembro de 2019]



## **AVISO n.º 18793/2019**

### **Procedimento interno de seleção para mudança de grau na carreira de técnico de informática de grau 2, nível 1**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 24 de setembro de 2019, foi determinada a mudança de grau para a categoria de Técnico de Informática de Grau 2, Nível 1, de Nelson Miguel Fernandes Nunes, na sequência do procedimento interno em epígrafe.

30 de outubro de 2019.

O Diretor do Departamento  
de Recursos Humanos,

(a) *Carlos Santos*

[Publicado na íntegra em Diário da República,  
2.ª Série, n.º 225, de 22 de novembro de 2019]



## AVISO n.º 19026/2019

### **Procedimento interno de seleção para mudança de grau na carreira de técnico de informática de grau 3, nível 1**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 24 de setembro de 2019, foi determinada a mudança de grau para a categoria de Técnico de Informática de Grau 3, Nível 1, de Alexandra Marina Viana Costa Cardão, na sequência do procedimento interno em epígrafe.

30 de outubro de 2019.

O Diretor do Departamento  
de Recursos Humanos,

(a) *Carlos Santos*

[Publicado na íntegra em Diário da República,  
2.ª Série, n.º 228, de 27 de novembro de 2019]



## **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO n.º 13140/2019**

### **MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO**

#### **1- IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

Designação da entidade adjudicante: Município de Loures  
NIPC: 501294996  
Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Divisão de Contratação e Aprovisionamento  
Endereço: Praça da Liberdade  
Código postal: 2670-267  
Localidade: Loures  
País: PORTUGAL  
NUT III: PT17  
Distrito: Lisboa  
Concelho: Loures  
Freguesia: Freguesia de Loures  
Endereço da Entidade: [www.cm-loures.pt](http://www.cm-loures.pt)  
Endereço Eletrónico: [dca@cm-loures.pt](mailto:dca@cm-loures.pt)

#### **2- OBJETO DO CONTRATO**

Designação do contrato: Aquisição de monoblocos para a Escola Básica N.º 5 de Camarate

Descrição sucinta do objeto do contrato: Aquisição de monoblocos para a Escola Básica N.º 5 de Camarate

Tipo de Contrato: Aquisição de Bens Móveis

Preço base do procedimento: Sim

Valor do preço base do procedimento: 335691.50 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 44211100

#### **3- INDICAÇÕES ADICIONAIS**

Referência interna: 51741/DCA/2019

O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)? Não

Contratação por lotes: Não

O contrato é adjudicado por uma central de compras: Não

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não

É utilizado um leilão eletrónico: Não

É adotada uma fase de negociação: Não

#### **4- ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não**

#### **5- LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

País: PORTUGAL

NUT III: PT17

Distrito: Lisboa

Concelho: Loures

Freguesia: União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação

#### **6- PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Prazo: Dias

30 dias

O contrato é passível de renovação? Não

#### **7- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. Habilitação para o exercício da atividade profissional

Não

7.2. Informação sobre contratos reservados

O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas?

Não



8- ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO, PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Divisão de Contratação e Aprovisionamento  
Endereço desse serviço: Rua do Funchal - Fanqueiro  
Código postal: 2670-364  
Localidade: Loures  
Endereço Eletrónico: dca@cm-loures.pt

8.2 Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:  
Vortal (<http://portugal.vortal.biz/>)

9- PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Até às 18:00 do 15.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

10- PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPETIVAS PROPOSTAS

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

11- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Melhor relação qualidade-preço: Sim  
Critério relativo à qualidade  
Nome: Qualidade  
Ponderação: 0 %  
Critério relativo ao custo  
Nome: Preço  
Ponderação: 100 %

13- IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Câmara Municipal de Loures  
Endereço: Praça da Liberdade  
Código postal: 2674-501  
Localidade: Loures  
Endereço Eletrónico: dca@cm-loures.pt

14- DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

2019/11/27

15- O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:

Sim

16- OUTRAS INFORMAÇÕES

Serão usados critérios ambientais: Não

17- IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO

Nome: Bernardino José Torrão Soares  
Cargo: Presidente

[Publicado na íntegra em Diário da República, 2.ª Série, n.º 229, de 28 de novembro de 2019]



**AVISO n.º 19329/2019**

**Cessação da designação  
em regime de comissão de serviço  
no cargo de chefe da Divisão de Desporto**

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, adaptada à administração local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, foi determinada, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a cessação da designação em regime de comissão de serviço da técnica superior Helena Cristina Inácio Candeias, do cargo de Chefe da Divisão de Desporto, com efeitos a 31 de outubro de 2019.

15 de novembro de 2019.

O Diretor do Departamento  
de Recursos Humanos,

(a) *Carlos Santos*

[Publicado na íntegra em Diário da República, 2.ª Série, n.º 231, de 2 de dezembro de 2019]



**AVISO n.º 19401/2019****Procedimento concursal comum  
para ocupação de oito postos de trabalho  
de assistente operacional,  
na área profissional de jardineiro****Denúncia do contrato de trabalho  
em funções públicas  
por tempo indeterminado**

Para os devidos efeitos, torna-se pública a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 3 de outubro de 2019, com Rodolfo de Sousa Antão d'Oliveira, nos termos do artigo 47.º da LTFP.

14 de novembro de 2019.

O Diretor do Departamento  
de Recursos Humanos,

(a) *Carlos Santos*

[Publicado na íntegra em Diário da República,  
2.ª Série, n.º 232, de 3 de dezembro de 2019]

**AVISO n.º 19402/2019****Procedimento concursal comum  
para constituição de reserva de recrutamento  
para assistente operacional  
Contrato de trabalho em funções públicas  
por tempo indeterminado**

Para os devidos efeitos, torna-se pública a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 1 de novembro de 2019, com Renata Maria Simões Narciso, João Guilherme Correia Nunes, Sara Patrícia Carrilho Cunha Santos, Sandra Paula Garcia dos Santos, Victória Rotari Santos, Silvana Raquel Lopes Ogando, Ana Maria da Gama Vieira Ferreira Duarte, Maria de Fátima Azevedo Pereira Pinheiro, Maria da Graça Martins Carvalho Sousa, Dulce Ferreira Agostinho Calmeiro, Joana Filipa Ribeiro Vitorino, Maria Teresa dos Santos Cuba Henriques Moura, Sara Marisa Oliveira Caetano Costa, Elisabete da Cunha Pinto Valdrez, Ana Rita Esteves Tomás, Carina Isabel Ramos de Matos Gomes, Inês Raquel Silva, Catarina Inácio de Sousa, Cândida Soraya Rodrigues Neves, Sandra Maria Figueiredo Brandão Beco, Paula Cristina

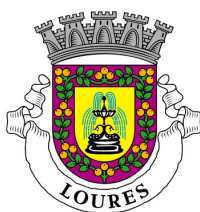
Ribeiro Rosa Vaz, Vanessa Alexandra Ribeiro Maria, Anabela Martinho Sousa, Maria José Augusto Teixeira Lourenço na categoria de Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional, na 4.ª posição remuneratória e nível remuneratório 4 da Tabela Remuneratória Única, no seguimento do Aviso n.º 4609/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 6 de abril de 2018, do procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para a categoria de Assistente Operacional na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

18 de novembro de 2019.

O Diretor do Departamento  
de Recursos Humanos,

(a) *Carlos Santos*

[Publicado na íntegra em Diário da República,  
2.ª Série, n.º 232, de 3 de dezembro de 2019]



**ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO n.º 662/2019**

**9.ª Alteração ao Orçamento de 2019 e Opções do Plano 2019-2022**

# 9ª Alteração

## Orçamento

### Municipal 2019

### Grandes Opções do

### Plano 2019-2022



# RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS

	Dotação Inicial	Dotação Atual	Modificação		Dotação Final
			Reforços	Diminuições	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
Impostos Diretos	54.500.592,00	54.500.592,00			54.500.592,00
Impostos Indiretos	2.762.556,00	2.762.556,00			2.762.556,00
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.744.898,00	2.744.898,00			2.744.898,00
Rendimentos de Propriedade	2.280.000,00	2.280.000,00			2.280.000,00
Transferências Correntes	31.173.266,00	32.233.413,00			32.233.413,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	9.556.432,00	9.571.703,00			9.571.703,00
Outras Receitas Correntes	12.057.833,00	12.057.833,00			12.057.833,00
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>115.075.577,00</b>	<b>116.150.995,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>116.150.995,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
Venda de Bens de Investimento	36.739,00	86.058,00			86.058,00
Transferências de Capital	13.199.355,00	9.288.074,00			9.288.074,00
Passivos Financeiros	4.164.346,00	2.909.311,00			2.909.311,00
Outras Receitas de Capital	1,00	1,00			1,00
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>17.400.441,00</b>	<b>12.283.444,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.283.444,00</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>					
Reposições não Abat.nos Pagamentos	60.830,00	60.917,00			60.917,00
Saldo da Gerência Anterior		25.797.766,29			25.797.766,29
<b>Total Outras Receitas</b>	<b>60.830,00</b>	<b>25.858.683,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.858.683,29</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>132.536.848,00</b>	<b>154.293.122,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>154.293.122,29</b>

	Dotação Inicial	Dotação Atual	Modificação		Dotação Final
			Reforços	Diminuições	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Despesas com Pessoal	45.960.000,00	47.620.115,00			47.620.115,00
Aquisição de Bens e Serviços	28.879.353,00	44.490.186,00			44.490.186,00
Juros e Outros Encargos	291.105,00	476.925,00			476.925,00
Transferências Correntes	15.982.838,00	18.950.511,00			18.950.511,00
Subsídios	930.000,00	1.066.000,00			1.066.000,00
Outras Despesas Correntes	1.169.308,00	1.510.182,00			1.510.182,00
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>93.212.604,00</b>	<b>114.113.919,00</b>			<b>114.113.919,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
Aquisição de Bens de Capital	34.137.377,00	32.687.484,29			32.687.484,29
Transferências de Capital	3.241.526,00	3.996.961,00			3.996.961,00
Ativos Financeiros	156.318,00	318.635,00			318.635,00
Passivos Financeiros	1.789.023,00	3.176.123,00			3.176.123,00
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>39.324.244,00</b>	<b>40.179.203,29</b>			<b>40.179.203,29</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>132.536.848,00</b>	<b>154.293.122,29</b>			<b>154.293.122,29</b>

## Princípio do Equilíbrio Orçamental

De acordo com o estipulado no artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se o cálculo do equilíbrio orçamental à data.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL		
RECEITA CORRENTE BRUTA > = [ DESPESA CORRENTE + MÉDIA DAS AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE M/L PRAZOS ]		
	9ª Alteração - 2019	
RECEITA CORRENTE BRUTA	116.150.995,00	(1)
SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL APLICADO NA DESPESA CORRENTE*	20.983.596,00	(2)
TOTAL	137.134.591,00	(3)
DESPESA CORRENTE	114.113.919,00	(4)
MÉDIA DAS AMORTIZAÇÕES**	3.525.178,42	(5)
DESPESA CORRENTE + MÉDIA DAS AMORTIZAÇÕES	117.639.097,42	(6)
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL [ (3) - (6) ]	19.495.493,58	
MONTANTE MÁXIMO DAS DESPESAS CORRENTES A CONSIDERAR	133.609.412,58	
RÁCIO [ (3) / (6) ]	1,17	

\* De acordo com o estipulado no nº 5 do artº 40º da Lei 51/2018, 16 agosto de 2018.

\*\* O cálculo da média das amortizações dos empréstimos de MLP, de acordo com o estipulado no artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, é de 3.525.178,42 €.



# Modificações Orçamento da Despesa

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA - PEDIDOS					Página: 1
CAMARA MUNICIPAL DE LOURES		MODIFICAÇÃO NUMERO: 10		ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA		NUMERO 9 DO ANO CONTABILISTICO DE 2019	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS				DESPESA			O B S
				DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
10		DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS (DOM)	5.915.652,00			5.915.652,00	
1002		DIV. DE EQUIPAMENTOS COLETIVOS (DEC)	5.915.652,00			5.915.652,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.915.652,00			5.915.652,00	
	0701	INVESTIMENTOS	5.915.652,00			5.915.652,00	
	070103	EDIFÍCIOS	5.850.652,00			5.850.652,00	
	07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	1.867.237,00			1.867.237,00	
	07010305	ESCOLAS	3.983.415,00			3.983.415,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	65.000,00			65.000,00	
	07011002	OUTRO	65.000,00			65.000,00	
TOTAL ...			5.915.652,00			5.915.652,00	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....							
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...							

Em ____ de ____ de ____	Aprovada em reunião de ____

# Modificações Opções do Plano

[illegible][illegible]

de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



# Listagem das Modificações



Tipo de Modificação :    AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 9		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
1002	07010301		INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	1.867.237,00		
1002	07010305		ESCOLAS	3.983.415,00		
1002	07011002		OUTRO	65.000,00		
Total de Aumentos/Diminuições:						
Tipo de Modificação :    API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 8		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
1002	07010301	2002 I 178	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE EDIFICIOS CAMARÁRIOS	1.732.609,00		
1002	07010305	2005 I 14	REPARAÇÃO/BENEFICIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES	1.347.697,00		
1002	07011002	2011 I 18	AQUISIÇÃO MONOBLOCOS	55.000,00		
Total de Aumentos/Diminuições:						
Total Geral :						

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_